

CLEBSON DE SOUSA PEIXOTO

**ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE MATERIAL
INDÍGENA DIDÁTICO PARA A ESCOLA
KÝIKATÊJÊ**

Orientadora: Prof.^a Doutora Maria Eduarda Margarido Pires

Coorientador: Prof. Doutor Ricardo Figueiredo Pinto

Escola Superior de Educação Almeida Garrett

Lisboa

2016

CLEBSON DE SOUSA PEIXOTO

**ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE MATERIAL
INDÍGENA DIDÁTICO PARA A ESCOLA
KÝIKATÊJÊ**

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação na Especialidade de Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores, defendida em provas públicas, no dia 28 de abril de 2016, perante o júri com a seguinte composição:

Presidente:

Prof. Doutor Paulo Drumond Braga

Arguente:

Prof.^a Doutora Nora Cavaco

Orientadora:

Prof.^a Doutora Maria Eduarda Margarido Pires

Coorientador:

Prof. Doutor Ricardo Figueiredo Pinto

Escola Superior de Educação Almeida Garrett

Lisboa

2016

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de um sonho e da sistematização de uma grande quantidade de informações socializadas do Povo Indígena K'yikatêjê que concedeu a pesquisa sobre conhecimentos tradicionais e educação escolar K'yikatêjê na comunidade.

Agradeço em primeiro lugar a Deus pelo Dom da vida e pelas bênçãos que derramou sobre minha vida e oportunidade de concluir mais esta etapa estudantil.

Meu muito obrigado a minha primeira orientadora Prof^a Dr^a Eliane Pereira Machado Soares por sua atenção e ensinamentos para a produção dissertativa.

A minha prima, Arlete Sousa Peixoto Silva, pelas valorosas contribuições na construção desta dissertação.

Minha infinita gratidão a Mestranda Lúcia dos Santos, pela sua amizade inestimável, por ter me ajudado no início do curso de mestrado, quando passei por problemas de saúde durante os primeiros dias de aula na instituição, e por sua infinita paciência me acompanhou no processo do pré e pós cirúrgico em 2011.

Por fim, agradeço ao meu pai, Geraldo Oliveira Peixoto, pelo apoio geral, ofereço meu carinho pela qual dedico este trabalho.

Ate imã taiurotoare!

¹Muito obrigado (a)!escrita na língua Jê Timbira K'yikatêjê.

RESUMO

Pretende-se apresentar através deste Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado alguns aspectos relacionados aos Povos Indígenas do Brasil presentes na época da colonização dos europeus, estabelecendo uma ligação entre a Educação Indígena e a Educação Escolar Indígena, onde mantém os saberes escolares estabelecidos entre a escola, a comunidade e seus conhecimentos culturais. No entanto, o objetivo geral desta Dissertação é analisar as formas que acontecem à produção e utilização dos Materiais Didáticos para as aulas de Língua Materna na Escola Indígena Tatakti K̀yikatêjê. Nos objetivos específicos é necessário conhecer as metodologias utilizadas nas aulas de língua materna dos povos K̀yikatêjê, Compreender as razões pela qual a Escola Indígena K̀yikatêjê começou a confeccionar e utilizar os livros relacionados à Cultura e Língua Materna e Incentivar a continuação da produção de mais materiais voltados à Cultura K̀yikatêjê. Como procedimento metodológico foi aplicado questionários para os professores bilíngues que tiveram apoio dos professores não indígenas para refletirem sobre suas praticas metodológicas utilizadas nas aulas de Língua Materna e como acontece a confecção de conteúdos específicos do Povo K̀yikatêjê, do qual através dessas respostas houve grande aproveitamento e desfecho ao trabalho em foco, requerendo atenção especial às dificuldades expostas pelos professores em produzir esses materiais didáticos, sendo que há ausência de conteúdos específicos escritos na Língua Materna e formação pedagógica que os oriente no planejamento de ideias sobre os conhecimentos culturais, acrescentando ainda que são poucos alunos falantes da Língua Materna. Desta forma é preciso ter parcerias com Universidades, Linguistas e Antropólogos que possam orientá-los quanto à correção da escrita e os sons linguísticos transcritos na Língua Jê Timbira K̀yikatêjê, para que possam alcançar realmente uma Educação Escolar Indígena bilíngue, multilíngue, comunitária, intercultural, específica e diferenciada.

Palavra – chave: Educação Indígena, Educação Escolar Indígena, Escola Indígena K̀yikatêjê.

ABSTRACT

It is intended to provide through this Master Course Completion Work some aspects related to the Indigenous Peoples of Brazil present at the time of the colonization of Europe by establishing a link between the Indigenous Education and Indigenous Education, which maintains the school knowledges established between school, the community and their cultural knowledge. However, the overall objective of this dissertation is to analyze the forms that occur in the production and use of Instructional Materials for Native Language classes in Indigenous School Tatakti Kÿikatêjê. The specific objectives is necessary to know the methodologies used in mother tongue classes of Kÿikatêjê people, understand the reasons why Indigenous School Kÿikatêjê began to make and use the books related to culture and mother tongue and encourage the continued production of more focused materials the Kÿikatêjê Culture. As methodological procedure was applied questionnaires for bilingual teachers who had support of non-indigenous teachers to reflect on their methodological practices used in mother tongue classes and as in the production of specific contents of Kÿikatêjê people, which through these replies there was great use and outcome to the work in focus, requiring special attention to the problems exposed by the teachers in producing these educational materials, and there is no specific content written in Mother Language and teacher training to guide them in the planning of ideas on cultural, adding that are few speakers students Mother Language. Thus it is necessary to have partnerships with universities, linguists and anthropologists who can guide them in the accounting correction and language transcripts sounds in language Jê Timbira Kÿikatêjê so they can really achieve Indigenous Education bilingual, multilingual, community, intercultural, specific and differentiated.

Word - key: Indigenous Education, Indigenous Education, Indigenous School Kyikatêjê.

ABREVIATURAS E SIGLAS

CEEIND - Coordenação Estadual de Ensino Indígena
CONEEI - Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena
CNEEI - Conselho Nacional de Educação Escolar Indígena
ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISA - Instituto Socioambiental
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LD – Livro Didático
MEC - Ministério da Educação
OIT - Organização Internacional do Trabalho
PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais
RIMM - Reserva Indígena Mãe Maria
RCNEI - Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas
SEDUC - Secretaria de Educação do Estado do Pará
SPI - Serviço de Proteção ao Índio
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UEPA - Universidade do Estado do Pará
UFPA - Universidade Federal do Pará

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I – HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL.....	12
1.1 PASSADO HISTÓRICO DO ÍNDIO BRASILEIRO.....	20
1.2 POVOS KÝIKATÊJÊ.....	23
CAPÍTULO II – O UNIVERSO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.....	29
2.1 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA COMUNIDADE / ALDEIA KÝIKATÊJÊ.....	38
CAPÍTULO III – PERCURSO METODOLÓGICO.....	45
3.1 OLHAR METODOLÓGICO.....	45
CAPÍTULO IV - RESULTADOS E REFLEXÕES.....	47
4.1 APRECIACÃO DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS.....	47
CAPÍTULO V – PRODUÇÕES DE LIVROS PELA ESCOLA KÝIKATÊJÊ.....	51
5.1 ORIGEM E DEFINIÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO.....	51
5.2 O PAPEL DOS LIVROS DIDÁTICOS.....	51
5.3 PRODUÇÕES DE LIVROS NA ESCOLA KÝIKATÊJÊ.....	54
5.4 ANÁLISES DAS PRODUÇÕES DE LIVROS.....	55
CONCLUSÃO.....	73
BIBLIOGRAFIA.....	76
APÊNDICES.....	81

INTRODUÇÃO

O presente estudo sobre a temática: “Análise da Produção de Material Indígena Didático” visou conhecer a trajetória dos Povos Indígenas do Brasil e avanços ocorridos desde o início da chegada dos europeus até o processo de colonização, pois é importante destacar como foi esse contato que trouxe modelos europeus sobre: educação, modos de vida, utilização de instrumentos do dia-a-dia daquela época e até mesmo uma forma de saber comunicar entre línguas diferentes.

Toda esta pesquisa foi fundamentada nas contribuições de vários teóricos como: Luciano (2006), Freire (1999), Moore (2015) e Rodrigues (2002).

Tudo isso foi contribuindo com o passar dos tempos, para surgir questões que levaram a criar momentos de reflexões e soluções que pudessem ajudá-los através da criação de leis que reivindicam por seus direitos, bem como as experiências de escolarização especialmente na sua vertente específica e diferenciada pela qual esta produção dissertativa pretende pautar.

Trabalhando há oito (08) anos como Professor na Escola Indígena Tatakti Kyikatêjê e observando a dificuldade dos docentes bilíngues em ministrar aulas sem Material Didático Específico da Cultura e Língua Materna Indígena K'yikatêjê, foi que motivou a escolha deste tema, do qual fazendo análise nos materiais pesquisados já existentes nesta Escola, foi possível construir todo este Trabalho, servindo de suporte e apoio para esses profissionais, alunos e membros da comunidade para que conheçam e fortaleçam a Cultura já registrada dos seus antepassados e dar continuidade em novas pesquisas e temas sobre os costumes e vivências do Povo K'yikatêjê. Silva (2011) relata que o material didático específico que contempla o contexto do aluno desperta o interesse da comunidade pela escola, por ver que a escola também lhe é “familiar”.

Mesmo com o processo de aculturação é possível verificar a mudança de crenças religiosas, de valores cultivados pelas famílias indígenas que ensinam uma educação do seu povo focando nos aspectos culturais passados pelos seus ancestrais, que alguns valores já estão sendo perdidos e surgindo consequentemente a produção de outra identidade diferente da sua cultura, onde atualmente as comunidades buscam resgatar a prática de falar na língua materna e conhecer melhor sua cultura, entretanto, a maior parceria está presente na Educação Escolar Indígena bilíngue, multilíngue, comunitária, intercultural, específica e diferenciada, que são propostas criadas para conduzir o ensino voltado para os povos indígenas que através de cada etnia fazem suas adaptações necessárias.

Em outras palavras, a escrita na Língua Indígena é nova no ensino educacional nas Comunidades Indígenas, antigamente essas escritas não tinham técnicas de tradução, mas vale lembrar que ainda alguns idiomas não foram transcritos para a Língua Portuguesa. Várias Comunidades Indígenas recebem ajuda para a escrita alfabética através de Universidades, Linguistas e Antropólogos, onde aos poucos, já existindo algumas publicações de livros didáticos incentivando o educando a conhecer diversas informações sobre sua cultura.

Além disso, pretende-se com esta pesquisa buscar subsídios que venham contribuir para minimizar a problemática do processo ensino e aprendizagem na ausência de recursos didáticos específicos para as aulas de Língua Materna K̀yikatêjê.

Quanto à problemática, gira em torno da seguinte questão: “Nas aulas dos professores bilíngues, quais as dificuldades de trabalhar o ensino de Língua Materna K̀yikatêjê?” Partindo desse contexto, foram explorados e aplicados questionários aos Professores Indígenas com objetivo de conhecer as formas de ensino que a escola utiliza, uma vez que são poucos os alunos falantes da Língua materna, pois todas as modalidades de ensino são ministradas na Língua Portuguesa.

No que diz respeito aos objetivos, destacam-se como objeto geral: Observar como são ministradas as aulas de Língua Materna e confecção de Materiais Didáticos na Escola Indígena Tatakti K̀yikatêjê, e como específicos: Compreender as razões pela qual a Escola Indígena k̀yikatêjê começou a confeccionar e utilizar os livros relacionados à cultura e Língua Materna, Conhecer as metodologias utilizadas nas aulas de língua materna dos povos K̀yikatêjê, Incentivar a continuação da produção de materiais didáticos voltados a cultura K̀yikatêjê.

Após várias leituras dos materiais bibliográficos coletados, foi possível escolher alguns conteúdos presentes nas produções feitas com professores e alunos da Escola Tatakti K̀yikatêjê, que possibilitou realizar uma análise minuciosa seguindo critérios que fazem parte do cotidiano desse povo.

Diante do que foi exposto até aqui, o trabalho dissertativo está dividido em cinco capítulos, onde o primeiro capítulo remete algumas reflexões sobre os Índios no Brasil mostrando ensinamentos que fazem parte do seu dia-a-dia. Já a numeração 1.1 – Passado Histórico do Índio Brasileiro, focando um período da Ditadura militar que não assegurava nenhuma espécie de garantia aos direitos que favoreciam as comunidades indígenas. A seção 1.2 - reflete sobre os processos históricos do Povo K̀yikatêjê mostrando sua Educação Cultural e Escolar Indígena, de acordo com a prática e vivência cotidiana.

I – História dos Povos Indígenas no Brasil

É imensa a numerosidade de Povos Indígenas existentes no Brasil espalhados nos Estados brasileiros e devido a isso é que surgiu o interesse em pesquisar e estudar um pouco sobre a Educação Indígena em diversas perspectivas.

Há uma grande necessidade de toda a população brasileira, ou até mesmo das instituições escolares para que conheçam mais sobre a realidade indígena dentro de suas especificidades, crenças, costumes e modo de vida em geral, sabendo que os índios foram os primeiros habitantes do Brasil, pois conhecendo o processo histórico é possível saber que seus antepassados sofreram com a criação das comunidades que hoje se transformaram em cidades.

Pode-se notar que os anos se passaram e a discriminação e o preconceito continuam presentes na vida dos povos indígenas que resistiram a todo processo colonizador, fazendo com que os mesmos criassem algum bloqueio ou resistência com relação à sociedade não indígena. Além disso, Luciano (2006, p. 18) mostra que os povos indígenas não são seres ou sociedades do passado. São povos de hoje, que representam uma parcela significativa da população brasileira e que por sua diversidade cultural, territórios, conhecimentos e valores ajudaram a construir o Brasil.

Sabe-se que no Brasil, de acordo com a Constituição Federal, todo ser humano possui direitos iguais sem distinção de raça, cor e sexo, independe da organização cultural e posição social de cada povo, do qual sempre procuram preservar a natureza como um todo.

Para os indígenas seus ensinamentos ainda mantêm vivos com relação ao modo de organização, divisão de tarefas, alimentos e outros dentro de suas comunidades, como por exemplo: ao chegar com a caça, pesca e coleta de frutos divide com os demais membros da comunidade para que todos desfrutem junto o que se conquistou. Com relação aos artefatos² utilizados para caça, pesca festas e outros, cada um possui o seu individual e os demais trabalhos realizados dentro da comunidade são divididos por todos.

No entanto, cada aldeia possui sua forma de organização nas divisões de tarefas: as

²Instrumentos produzidos pelos membros da comunidade, onde utilizam matéria prima da própria mata e alguns são chamados de arco, flecha, colares, cocar e outros que são confeccionados para as brincadeiras que visam deixar a cultura sempre viva e ensinando os mais novos todo o processo:AldeiaKýikatêjê,2015.

Mulheres geralmente são designadas a fazer o plantio, colheita e cuidar das crianças. Enquanto o sexo masculino desenvolve a prática em caçar, pescar, serviço braçal e outros conforme a sua cultura.

De acordo com o termo indigenista, depois de muitos anos as aldeias foram perdendo alguns de seus membros para as cidades, dos quais sentiram a necessidade de estudarem, conhecer culturas diferentes e até mesmo se prepararem para voltarem ao seu lugar de origem e poder contribuir profissionalmente com os demais. Não há um Censo Indígena Específico no Brasil, a contabilização é promovida pelas agências governamentais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ou Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), ou pelo Instituto Socioambiental (ISA) – e após toda análise contábil da população chegaram a uma conclusão de mais ou menos 896 mil indígenas distribuídos em 3.225 aldeias e áreas urbanas. Onde a Fundação Nacional do Índio³relata graficamente cerca de 305 etnias com 180 línguas maternas e dialetos divididas por 35 grupos linguísticos espalhadas no território brasileiro tentando reproduzir todos ensinamentos dos seus ancestrais.

Neste sentido, os povos indígenas brasileiros de hoje são sobreviventes e resistentes da história de colonização européia, estão na busca da recuperação do orgulho e da auto-estima na identidade, como desafio, tenta consolidar um espaço na história e na vida multicultural do país. (LUCIANO, 2006 p. 29)

Ora, observa-se que a luta dos povos indígenas sempre foi constante, devido os inúmeros inimigos que visam deles somente suas terras e riquezas florestais, mas mesmo assim eles vêm adquirindo seus direitos, como: saúde, educação e garantia de suas terras.

A equipe do Poder Legislativo na era do Brasil Colônia muitas vezes veio a questionar sobre os Povos Indígenas habitantes da terra, se eles realmente seriam seres humanos, pois todo processo surgia devido o poder que os legisladores queriam comandar, porém aos poucos reconheceram os índios como seres residentes desta terra.

Baseando em relatos escritos na época da carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Lisboa, datada em 1º de maio do ano de 1500 pelo comandante Pedro Álvares Cabral, é um documento importantíssimo e histórico, através dos seus relatos, é possível saber inúmeras informações sobre a situação do Brasil na época do descobrimento.

Assim que ultrapassaram o arquipélago de Cabo Verde em direção às terras brasileiras

³Acesso ao portal da internet. WWW.Funai.gov.br. Dia 12/02/2015 às 14h10min.

que atualmente pertence ao Estado da Bahia. Onde os europeus tendo contato com os índios foram logo determinando ao primeiro olhar de Silvícolas.

Pero Vaz de Caminha em 1500 considerou os índios como pessoas boas e parecidas com os habitantes do Jardim do Éden. Bittencourt, (2002, p.41) relata a escrita ao Rei D. Manuel ao Brasil, mostrando quem são eles:

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo Cristão (...) se os degredados, que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer Cristãos e crer em nossa Santa fé, a qual preza o nosso senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimia ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar. E, pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe crê que não foi sem causa.

Observa-se que Caminha quando ficou diante dos primeiros habitantes das terras brasileiras, ficou impressionado com a simplicidade e humildade que estava vendo, mas com tudo isso suas intenções não foram sendo desenvolvidas conforme essa primeira impressão, pois os europeus após darem uma terminologia nominal pela qual foram chamados de índios começaram a sofrer explorações dentro de suas terras.

De acordo com estudos e pesquisas realizadas historicamente sobre os Povos Indígenas que vivem no Brasil, existem diferentes grupos étnicos viventes na época da colonização europeia. Os nativos estavam distribuídos em várias localidades onde é chamada de aldeias situadas nas matas brasileiras e exploravam para seu sustento o hábito de caçar, pescar, colher frutos nativos da floresta como meio de sobrevivência cultural. Conforme Meliá, (1999, p. 20) diz:

Muitos dos cerca de 2000 mil povos e tribos que existiam no território brasileiro no XVI morreram em consequência da escravização e das doenças que vieram com a colonização europeia ou foram absorvidos pela sociedade brasileira. Onde eles deram contribuições significativas para a cultura mundial, como a domesticação da mandioca e o aproveitamento de várias plantas nativas, como o milho, o tabaco, o guaraná, a erva-mate, a batata-doce, a pimenta, o caju, o abacaxi, o cará, o pinhão, o açaí, a pitanga, a jabuticaba, a mangaba, o cajá, o urucum, o jenipapo, o maracujá, a goiaba, o pequi, o amendoim, o mamão, a copaíba, a andiroba, a abobora, o feijão etc. Além disso difundiram o uso da rede de dormir e a prática da peteca e do banho diário e frequente (este costume era desconhecido pelos europeus do século XVI).

Todavia através de todo conhecimento que os índios tinham e por conhecerem a floresta, cada vez mais descobriam algo que poderia fazer parte da sua alimentação. Além disso, o homem branco tem muitas características e costumes que copiaram dos povos indígenas, sem falar da diversidade de raças que este país foi adquirindo. Os exemplos citados pelo teórico Meliá mostram que muitos alimentos e remédios foram adquiridos e ensinados

pelos índios para a vivência dos não indígenas que até hoje os utiliza e com o passar dos tempos eles são muito bem aproveitados no dia-a-dia e até comercializados.

Há também algumas essências do açaí e cupuaçu que estão inseridos nos diversos cosméticos disponíveis para o consumidor.

No entanto, os Povos Indígenas diminuíram tanto na parte da língua materna, aldeias e números de pessoas que sumiram através dos ataques constantes dos não indígenas por causa de territórios indígenas.

O litoral brasileiro, na época do descobrimento feito pelos portugueses observaram que ali já existia povos nativos e assim ao avistarem deram o nome de índios, pois erraram seu destino de navegação que eram as Índias e na verdade os europeus estavam pisando em terras estranhas nunca vista em suas navegações, hoje chamado Brasil.

Através do desbravador italiano Cristóvão Colombo, a serviço da Coroa Espanhola no ano de 1492 caminhando ao sentido as Índias, uma região da Ásia, mas com inúmeros vendavais ele estava no continente americano. Ao avistar pessoas estranhas na floresta, Colombo foi designando uma referência peculiar a todos que viviam no extremo oriente com o vocábulo índio que tem origem terminologicamente da Europa.

Com o passar dos tempos os colonizadores foram observando que cada vez que eles faziam expedições pela mata descobriam povos com aparência e modos de vida diferente da deles. E aos poucos os estudiosos foram registrando e tentando agrupar os troncos linguísticos através da fala e pronúncia que especificamente cada comunidade tinha. Foi assim que definiram o Tupi e Macro – Jê como os principais troncos presentes aos povos denominados nativos. Todorov, (1999, p.9) relata que linguisticamente tem seis famílias de suma importância como: “Aruak, arawá, karib, maku, tukano e yonomami e outras línguas fora de qualquer classificação registrada e isolada.” Assim a autora faz-se as definições dos grupos indígenas em destaque:

Tupi: habitavam principalmente o litoral brasileiro, desde o Rio Grande do Sul até o Amazonas. Ocuparam também trechos do interior do País. Entre as tribos que formavam esta nação, destacam-se os tupinambás, os tupiniquins, os mundurucus e o Parintins.

Jês ou tapuias: comparando aos outros grupos. Era o que se encontrava no mais atrasado estágio de desenvolvimento. Dominavam todo o planalto central, na região que corresponde atualmente aos estados de Minas gerais, Goiás e Mato Grosso. Eram encontradas algumas tribos no Maranhão e Piauí. Entre suas principais tribos destacam-se: timbira, aimorés, goitacás, cariri, carijós e caiapós.

Aruak: O grupo Aruak ocupa uma extrema zona geográfica compreendida em parte do Amazonas e a ilha de Marajó. Fora do território brasileiro localizavam-se

desde a Bolívia até a Costa setentrional da Venezuela, para o norte chegaram até a Flórida e para o Sul atingiram a região do Paraguai.

Karib: O grupo Karib destacou-se como o grupo mais violento. Ocupavam a região do baixo Amazonas e parte do território do Amapá e Roraima. Sendo a maior em número de habitantes. Em razão da prática da antropologia, eram chamados de Canibas. Destacam-se palmelas, pimenteiras, nauquás, bocaíris, cotos, mariquitares e cixamas.

Todos os grupos citados anteriormente, a maior população indígena está centrada na região do Estado do Amazonas e privilegiados de ter a floresta amazônica como sua fonte de sobrevivência.

No Brasil os tupis foram os primeiros povos que os europeus avistaram, pois relatos mostram que quando seus representantes ganhavam uma prova cultural o perdedor era sacrificado e colocado num jirau para ser moqueado ou assado algumas partes do seu corpo, pois os tupis tinham essa concepção de comer o assado que imediatamente toda força e rapidez do seu rival passariam para eles. Meliá, (1999, p. 26):

O Brasil, ao ser formado pela migração de índios, africanos e europeus, tornou-se um ponto de reencontro dessas pessoas que, apesar de terem a mesma origem ancestral, ficaram separados durante milênios e criaram diferenças culturais, linguísticas e características próprias, em decorrência da adaptação de cada grupo a meios ambientais completamente diferentes, onde pode ser interpretado como formadores de raças humanas diferentes e competiam suas forças em brincadeiras culturais.

Então, após estes acontecimentos observa-se os inúmeros povos que possuem cultura diferenciada no: falar, alimentar e práticas dos rituais cerimoniais, bem como a maneira de pensar diante do não indígena.

É necessário salientar que no momento da chegada dos europeus havia aqui a presença de vários povos que habitavam há milhares de anos. Caracterizavam-se em sua diversidade por apresentar modos de vida diferenciados, línguas tradições de acordo com a região que ocupavam.

Assim, após muito tempo o índio foi reconhecido pelo termo bom selvagem, pois ele foi vítima da era europeia, antes desse contato eles viviam em harmonia e após passou a ter atritos e discórdia entre eles, prejudicando sua cultura e costumes que eles tinham entre si. Segundo Ribeiro, (1999, p.11) relata que muitos tinham uma imagem do índio como selvagem, que deveria ser domesticado ou derrotado.

O processo de colonização destes povos aconteceu de forma violenta, através de extermínios de grupos inteiros, de anulação das tradições religiosas e culturais de povos aqui existentes, por estes não assemelhar-se ao padrão de vida, religioso e de outros aspectos considerados como verdadeiros e absolutos na vida dos europeus.

A história dos Povos Indígenas bem como também da população negra, ou de outros grupos que foram marginalizados, não se resume de uma maneira simplificada a um processo de vencedores e vencidos. Devemos enfatizar aqui o longo esforço de resistência desses grupos dentro da história de dominação da humanidade.

Porém, relatos históricos definem que os índios ajudaram bastante os europeus mais tarde, onde eles começaram a proteger as povoações após o descobrimento do Brasil auxiliando-os no quesito guia aos colonos por conhecerem toda trilha da mata, em troca desses favores os indígenas recebiam produtos utilizados pelo não indígena que ainda não era de conhecimentos deles. Então estes produtos foram aos poucos sendo utilizados pelos índios e fazendo parte do seu cotidiano em casa e nos afazeres durante os passeios pela floresta.

O sistema educacional explana nas escolas, desde o descobrimento do Brasil, equívocos escritos que até então acrescentou pouco como realmente são os Povos Indígenas do Brasil, pois até hoje o índio é visto como um ser pequeno, selvagem e empecilho ao progresso do País.

Pois toda história ensinada na disciplina de história relata que eles vivem de forma natural em suas terras em pleno século XXI, muitas aldeias após contato com o não indígena já têm uma escola pela qual possui seu próprio currículo e as disciplinas das escolas da cidade juntamente com a específica e diferenciada como a Língua Materna.

Por isso, ainda tem pessoas com uma visão arcaica e fazem perguntas aos indígenas conforme aprenderam na escola, como por exemplo: “Vocês andam na mata pelados? Comem só peixe e caça?” Ainda há outra controvérsia atualmente em relação aos direitos que todos indígenas possuem em adquirir conhecimento superior fora de sua aldeia, aos poucos as pessoas não indígenas fazem as famosas perguntas constrangedoras quanto ao termo: “agora você está mudando a sua identidade”, se um deles vão atrás do conhecimento escolar ou até mesmo alguns são destacados com méritos que até então só cabe ao não indígena e flui do nada as palavras soltas: “você agora está ficando civilizado no meio urbano”, onde observa-se muito esses tipos de pensamentos nos dias de hoje.

Sabendo que não é por ter outro convívio, usar bens do não índio que vai fazer o índio deixar de ser índio e perder sua identidade cultural. Porém, todos os povos indígenas possuem distintos diferentes para lutar por seus direitos, mas com objetivos iguais, que é um ponto comum entre os diversos tipos de povos indígenas existentes.

Cada comunidade possui uma forma de organização, onde segue culturalmente a maneira de viver em grupo com forma individual e coletiva. Assim surgiu o termo pela qual uma etnia trata a outra pelo nome de “Parentes”⁴.

Foram surgindo pensamentos dentro das aldeias por alguns dos integrantes que já dominavam a Língua Portuguesa, que para eles o não indígena não podia chamá-los de índio, era humilhação por serem nativos e muitos índios não aceitavam suas origens étnicas, nesse caso não adiantava, pois ao olhar para eles sua aparência já dizia tudo sobre quem eles eram. Outro termo pejorativo surgiu com o nome “Caboclo” situado na região da Amazônia, foi criado pelos índios que não identificavam como índio e nem podiam pertencer à etnia dos brancos e negros. Eles se olhavam inferior em todos os aspectos e somente os brancos eram cultos, civilizados e inteligentes, e eles pensavam que ser “Caboclo” parecia aparentemente um pouco à semelhança do homem “branco”, ou seja, não índio.

Por motivo da não aceitação étnica de alguns povos indígenas é que foram perdendo a maneira de falar e passou a utilizar outro dialeto linguístico (Língua Portuguesa) para que tivesse aparência de uma nova identidade dando ideia de “Caboclo”, parecida com a identidade dos não indígenas “civilizados”.

Com a emergência do movimento indígena no início da década de 1980, essa realidade sociocultural mudou completamente. O valor sociocultural passou a ter outra referencia. Começaram a ser valorizados os povos que falavam suas línguas originárias e praticavam suas tradições. Ser um Baniwa falante da língua e praticante das tradições Baniwa tornou-se um valor máximo (...) afastando a ideia de ser caboclo, onde entrou numa relativa crise de identidade individual e coletiva transitória que os forçou a lutar por resgate e recuperação de suas origens e tradições, o que não é fácil e, muitas vezes, nem desejável. (Luciano, 1996, p. 32 e 33).

De modo geral, todo esforço pela busca das suas raízes tradicionais foi difícil, mas aos poucos foi recuperando sua auto-estima em relação ao não aceitar suas origens. Hoje os povos indígenas já pensam diferentes e sentem prazer em dizer que são nativos, donos de toda terra brasileira e pertencerem a uma origem particular. Por conviver com a cultura do não indígena, estão inseridos no mercado de trabalho como: jogadores profissionais de futebol, escritores, políticos e entre outros meios que antigamente só cabia aos não índios, não fazendo perder sua identidade e costumes aprendidos na aldeia.

⁴Esta palavra não significa que todos os índios sejam iguais e nem semelhantes. Significa apenas que compartilham interesses comuns com os direitos coletivos, a história da colonização e a luta pela autonomia sociocultural de seus povos diante da sociedade global. LUCIANO. Gersem dos Santos – Baniwa. O Índio Brasileiro. O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação. Laced / Museu Nacional, 2006. Pág. 31.

Muitos indígenas ingressam em um curso superior e se formam, depois voltam para suas origens em querer contribuir toda sua aprendizagem, referente ao curso que o tornou um profissional, atuando na sua comunidade.

Por todos os meios, de acordo com os relatos históricos referentes à pré-colonização, diz que os ensinamentos indígenas vêm sendo passados desde os seus antepassados até ao século atual. Onde diversos fatores levaram a criação de um Órgão Federal, com mecanismos que protejam não só como indivíduos dentro da comunidade, mas também aos que convivem em outras sociedades. Assim, foi criado no ano de 1910 o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) que tinha como meta ampará-los em todos os em todos os sentidos, garantindo direitos de identidade e diversidades culturais.

O SPI provia os povos indígenas de assistência mínimas, as quais consistiam em terra, saúde, educação e subsistência, sempre a partir da ótica da relativa incapacidade indígena e da necessidade de sua tutela pelos órgãos do estado, cujo principal objetivo era acomodar os povos indígenas sobreviventes, ao mesmo tempo em que fazia avançar e legitimava as invasões territoriais já consumadas, e abria novas fronteiras de expansão. (Luciano, 1996, p. 71)

Mas, sempre o Estado tinha duvida sem relação à responsabilidade que o índio deveria ter em manter suas terras afastadas dos invasores que desejava tê-las de qualquer maneira, por muitas vezes pensavam que não tinham capacidade de usufruir e ao mesmo tempo manter sua cultura conforme o costume de cada etnia.

Estudos relatam que para identificar o ser humano como índio é preciso ter vários estudos e discussões de reafirmação entre as identidades étnicas, articulado no Plano Estratégico Pan-indígena para identificar quem são realmente indígenas através de análises feitas nas próprias famílias que habitavam nas terras indígenas, mantinham uma cultura peculiar ao indígena e de alguma forma através do seu sobrenome era o começo da identidade das comunidades pela qual iam surgindo. Através desse contexto podem-se analisar as seguintes reflexões abaixo:

... No Brasil. O estatuto do índio de 1973, ainda em vigor, diz que é indígena ‘ todo individuo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional. Já a constituição Federal de 1988 não coloca critérios de identidade indígena, apenas estabelece a competência do Estado em desmarcar as terras aos povos indígenas e garantir os seus direitos básicos. No entanto, o Brasil promulgou, em 2004, a convenção 169 da Organização Internacional do trabalho (OIT), que garante ser à consciência da identidade indígena ou tribal o critério fundamental para definir que é indígena. Uma consequência imediata foi o aumento significativo do numero de brasileiros que se classificava com o tal. (Sánchez, 2013, p. 11)

Assim, essa questão de saber quem é ou não índio, não define só pela fisionomia ou sobrenome, pois há muitos mestiços e descendentes indígenas que por algum motivo, muitas vezes sentem vergonha em aceitar ser índio, e assim acabou mudando para cidade e aos poucos foram aprendendo outra cultura e não quis mais voltar para suas raízes de origem.

Mas, após o lançamento da OIT e outras leis de favorecimento, muitos descendentes vivem a vida urbana, antigamente negava a sua verdadeira etnia e quando precisa de algo se declara ser indígena para garantir algum proveito conquistado pelos povos indígenas como, por exemplo: as cotas para ingresso ao ensino superior, bolsas de estudos e outros itens a que venha favorecer no geral a etnia indígena.

1.1 PASSADO HISTÓRICO DO ÍNDIO BRASILEIRO

A denominação do índio brasileiro teve novas ideias no final do século XX, onde trás sugestão para ampliar conhecimentos no geral através do estudo político e até mesmo o social que pode definir plenamente esses povos, pois vale lembrar a época da Ditadura Militar que ocorreu em meados de 1964 a 1985, nesse período era difícil ser reconhecer e conquistar qualquer espécie de aprovação em relação à garantia de direitos que podia favorecer aos povos indígenas, pois nesse tempo ditador seria impossível, pois todos brasileiros deveriam obedecer ao que era proposto, foi na época da Ditadura Militar que alguns Caciques das aldeias foram batizados por outro nome, que definia como “Capitão do seu Povo”, porém este termo daria mais poder e poderia ser mais um aliado para o Regime Militar, onde foi um período tão sofredor.

Após vinte e um anos (21) de ditadura, onde foi um alívio para o brasileiro, em 1985 o Brasil foi transformado pelo fim do período ditador e passando a ser redemocratizado em 1988 pelo aparecimento da nova Constituição Brasileira. A última Constituição Federal⁵, aborda leis aos índios assegurando direitos indígenas, conforme Brasil, (1988), centrada no Capítulo VIII reflete que:

“Dos índios”

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

⁵BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Senado, 1998. Base de leis que rege o país para todos os povos em geral da nação Brasileira.

§ 1.º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos

Recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2.º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 5.º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Numa proposta mais ampla, podemos verificar que nesses vinte e sete anos sempre dizem que a Constituição garante direitos e fortalecimento de condições humanas nas áreas da saúde, educação, direitos territoriais e inclusão social como forma de reconhecimento dos Povos Indígenas que continuam vivendo conforme seus descendentes, quanto à valorização e não com indiferença e discriminação daqueles que possuem uma cultura diferente distribuídas nos Estados que compõem esta nação.

Assim Ribeiro (2013, p. 103) define que a maior parte dos povos indígenas se encontra integrada na sociedade nacional que os envolve e submetida ao seu sistema de denominação política, que não os incorpora a brasilidade e tampouco os assimila a cultura e a etnia brasileira (...)

Este relato acima nos mostra como realmente vem sendo mantido um povo que a cada dia a cultura e costumes do homem não indígenas estão em contradição com suas comunidades em meio a tantos problemas sociais que já existem dentro das aldeias, ainda tem sonhos de lutar e manter sua cultura e tradição de forma viva para uma geração que presencia o lado do índio e não índio.

Antigamente, os indígenas não utilizavam relógio, pois o tempo que antes era deles, não tinha segundos, minutos e horas a cumprir, agiam conforme a necessidade diária de cada povo, muitas vezes media o tempo através do sol, lua e outros elementos que só os ancestrais conheciam. Atualmente, faz-se necessário seguirem e obedecerem às leis que regem o País vindo pelas autoridades como: prefeito, governadores e presidentes e outros, ou mesmo, precisam se adequar à vida existente em outras sociedades e acompanhar as novas tecnologias de acordo com o que precisam. Mesmo assim eles ainda lutam pela preservação de seus direitos e costumes, fala, escrita, canto, dança crenças e entre outros que cada grupo étnico

possui e ao mesmo tempo troca de ensinamentos e aprendizagens com os não índios que dando origem a uma variedade cultural.

Portanto, Alguns estudiosos consideram a cultura como natural, ou seja, a natureza teria feito o gênero humano universal e as espécies humanas particulares de forma que certos sentimentos, comportamentos, ideias e valores são iguais para todos os humanos. Enquanto outros seriam os mesmos apenas para uma espécie determinada de raça, cor ou grupo.

Historicamente⁶ muitos estudiosos das áreas de conhecimento como a Filosofia, a Sociologia, a História, e a Antropologia vêm aprofundando suas pesquisas sobre a cultura, tema, que os consideram conforme a sua concepção da relação homem e natureza.

Mesmo perseverando em querer ser índio ou morando perto da zona urbana que cada vez mais vai aproximando de suas terras, sua origem permanece em seu coração. Esse contato na época da colonização por mais que atrapalhou e confundiu seus costumes e perdas de terras que eram intocadas pelo não indígena são ameaçadas e invadidas. Sem falar que aos poucos as doenças estão surgindo através dessa civilização prejudicial que vive com a gripe, sarampo, drogas, alcoolismo e doenças sexualmente transmissíveis, onde todos esses processos dificultam muito o relacionamento familiar dentro das aldeias.

Pensar nesse povo que chamamos por Índios do Brasil, o homem não indígena tem um saldo devedor por tudo que eles sofreram e até hoje vem passando, onde o conhecimento ficou só na teoria.

⁶Reflexão feita na retrospectiva pedagógica da Escola Estadual Indígena Ensino Fundamental e Médio Tatakti Kyikatêjê. Bom Jesus do Tocantins, 2009(arquivo documental da secretaria da escola)

1.2 POVO KYIKATÊJÊ

Quando se estuda sobre a humanidade, imaginamos que ela viveu uma época ou período que evoluíram no mesmo ritmo rompendo suas dificuldades e luta pela sobrevivência.

No entanto, algumas Comunidades Indígenas no Brasil ainda possuem características e modo de viver como os homens que viveram nas comunidades primitivas.

Antes da chegada dos portugueses ao Brasil, no ano de 1.500 viviam aqui milhões de indígenas espalhados por todo território. Esses milhões, hoje estão reduzidos a um número bem pequeno comparado às grandes nações do passado. Houve uma grande mudança na vida dos índios, aldeias inteiras foram exterminadas pelos colonos que os expulsaram de suas terras ou os escravizaram para trabalhar para eles.

Na colonização portuguesa os padres Jesuítas modificaram muitos os seus hábitos e costumes, ensinando-os a falar uma língua que não conheciam e professar uma fé que não era a deles.

Muitos viviam da caça, pesca e coleta de frutas e raízes, alguns praticavam a agricultura. Havia, também, grupos que eram nômades em consequência do modo de vida que os obrigava a mudarem quando ficava escassa a quantidade de alimentos.

O processo de colonização das Américas as informações evidenciam um processo de lutas, conflitos e resistências dos povos que até então habitavam neste continente. Pois é valido salientar que no momento da chegada dos europeus havia aqui a presença de vários povos que habitavam há milhares de anos. Estes povos caracterizavam-se em sua diversidade por apresentar modos de vida diferenciados, línguas e tradições de acordo com a região que ocupavam. Assim, afirma Montellato, (2009 p.70) que:

(...) é comum aplicar a expressão “índios” a toas as culturas e habitantes da América antes da chegada dos Europeus. Trata-se de um nome generalizante que não consegue traduzir a complexidade e adversidade dessas culturas. Embora possam existir algumas semelhanças em seu modo de vida, esses povos não são todos iguais, pois cada cultura desenvolveu diferentes crenças costumes, jeito de trabalhar e de se divertir. Constitui sociedades humanas com identidade própria, razão pela qual se usam também os termos nação ou povo para designar um grupo indígena.

Nos dias atuais o povo indígena sofre grandes dificuldades para conviver com a sociedade contemporânea não índia. Alguns que perderam suas terras já abandonaram totalmente seu modo de viver. Outros que ainda vivem em suas terras sofrem ameaças constantes de posseiros e grileiros de terras, além de terem a saúde atacada por doenças trazidas pelo contato com os não índios e na medicina tradicional não conhecerem ervas que

combatem tais doenças. A expansão agrícola, madeireira, garimpeira e a ambição humana destroem suas terras e contaminam os rios e igarapés.

Não bastando à pequena delimitação do seu espaço, sofrem também com a incompreensão e discriminação racial da sociedade dita “civilizada”. Apesar de ter sido criado as reservas indígenas as perdas dos índios são grandes, pois têm suas terras diminuídas, o desmatamento, a destruição da fauna e da flora tem como consequência perda da cultura que é a sua identidade (em fase de elaboração)⁷.

Dessa forma, perceber-se que a questão indígena é mais séria do que pode imaginar, os responsáveis pelos órgãos competentes para garantir a integridade e os direitos dos povos indígenas que são os verdadeiros donos dessa terra, estão sofrendo, sendo discriminados, desrespeitados e a sociedade parece não estar preocupada com isso. Essa mesma sociedade não conhece seus costumes, sua fé, sua maneira de pensar e ver o mundo, de respeitar a natureza que lhes oferece tudo que precisam para sobreviverem e serem felizes.

Mas, mesmo com o contato pela qual os colonizadores propuseram costumes e maneiras europeias, tendo consequência à perda gradativa de sua identidade e costumes e ao mesmo tempo adquirir conhecimentos da cultura não índia, não perdeu sua vontade de deixar viva sua cultura, para que todos os conhecimentos possam ser passados de pai para filho, mesmo com aculturação, eles preservam o que aprenderam.

O Povo K'yikatêjê localizado na Rodovia BR 222, km 25, pertencente ao grupo Gavião, habita na Reserva Indígena Mãe Maria (autorizada em 28 de dezembro de 1943 pelo Decreto nº 4503 do Governo do Estado do Pará e publicado no diário oficial Nº 14.540 em 30 de dezembro de 1943), e situa-se entre o igarapé Flecheira e o rio Jacundá, com área total de 62.488 hectares e abrange os municípios de Bom Jesus do Tocantins e São João do Araguaia, no polígono dos Castanhais, é cortada pela ferrovia Carajás – Itaqui e pela Rodovia BR 222, que liga o bairro de Morada Nova município de Marabá à rodovia Belém/Brasília. A história dos K'yikatêjê está intimamente ligada ao processo de aculturação vivenciado nas técnicas impostas aos Povos Indígenas, desde a sua descoberta até os dias atuais.

A Reserva Mãe Maria é compartilhada por outras etnias Gavião, seus componentes em sua maioria se reuniram aos Parkatêjê entre 1971 e 1983. Aos poucos foram surgindo grupos com visões diferentes e resolveram ter seu próprio espaço, pela qual foi criando outras aldeias

⁷FERNANDES, Rosani de Fátima. Povos Indígenas Kyikatêjê. Levantamento Histórico e Reflexivo. (Org.) Mestrando e antropólogos, a ser editado pela Universidade Federal do Pará – UFPA, 2009

que se autodenominaram de acordo com a região onde foram morar, ficando assim denominados: KÿIKATÊJÊ que na língua jê significa “povo dono do rio acima” (onde *Kÿi* = cabeça, *katê*= dono e *jê* = povo). PARKATÊJÊ significa “povo dono da jusante”, lado de baixo do rio (onde *par* = pé). AKRÂTIKATÊJÊ significa “povo dono da montanha” (onde *akrâti* = montanha, *Katê* = dono, *Jê* = Povo, ocuparam as cabeceiras do rio capim, seus componentes. Ocorreram ainda outras cisões formando novas aldeias na Reserva: Kriamretijê Parkatêjê, Koyiakati Kÿikatêjê e Akrâtikatêjê, Krânpeiti – Jê, totalizando em seis (06) aldeias.

A língua predominante é Timbira⁸, da família Macro-Jê, sendo que existem outros povos que falam e mora nas margens do Rio Araguaia, entre os Estados de Tocantins, Goiás, Pará e Mato Grosso. Para os Kÿikatêjê a língua é o bem mais precioso, e insistem em não deixar acabar.

Esse povo é também conhecido como “Gavião ou Gaviões”, nome que lhes foi dado por viajantes do século passado que em seus relatos descreviam o uso de flechas ornamentadas com penas de gavião e atiradas em defesa do seu território tribal. Dentro da comunidade há alguns membros que não gostam de serem chamados de Gaviões.



Foto 1. Dança Cultural no Pátio central da aldeia kyikatêjê

Observa-se na foto acima, algumas casas pela qual comprova que as casas são direcionadas a formar um círculo e ficando o meio para realização de momentos culturais,

⁸ Acessório produzido com embiras e usado no braço e cabeça nas festas culturais da aldeia, pela qual deu origem ao nome timbira, mas atualmente não é utilizada estas embira no braço, somente na cabeça.

onde está acontecendo o canto e dança K̀yikatêjê. Para quando todos avistarem todas as casas e o centro da aldeia, local onde é realizada a Cultura como: danças e jogo de arco e flecha, chegada da corrida de tora, brincadeira da varinha, jogo de bola e brincar quando anoitece gostam de fazer fogo e os mais velhos começam a contar as histórias de quando eles eram pequenos, para eles é uma alegria lembrar o passado cultural e sonham que todos possam seguir essa tradição de pai para filho.

Os K̀yikatêjê hoje adquiriram autonomia cultural, administrativa e financeira dirigida por um grupo de líderes que se preocupam em manter a cultura e a língua materna sem perder qualidade de vida para os membros da comunidade, procurando adequar à cultura tradicional aos recursos da sociedade moderna mantendo sua identidade cultural.

Na aldeia tem um local chamado a Associação Indígena K̀yikatêjê Amtàti que funciona alguns setores como: administração, saúde, educação e setor de projeto ambiental, onde tem a Liderança Presidente chamado Cacique Pepkrati Jakukreikapiti Ronore Konxarti conhecido como Zeca Gavião que além de ser conhecedor da cultura tradicional, sempre convida e incentiva os jovens a participar de brincadeiras e ritos cerimoniais e frequentarem a educação escolar, ele é assessorado por outros membros da comunidade que tem conhecimento cultural e são também os guardiões da cultura. Ele também é um suporte nas articulações das relações políticas, governamentais e comerciais fora da aldeia.



Acevo do Face book, Gavião Kyikatêjê Futebol Clube, 2015

Foto 2. Cacique da Aldeia: Zeca e formandos da Ed. Infantil Kyikatêjê em 2014

Outro elemento principal que todos participam são as festas e brincadeiras da cultura que são realizadas de acordo com o ciclo cerimonial K̀yikatêjê, geralmente obedecem à sequência indicada pelos mais velhos do grupo. As brincadeiras são compostas por elementos culturais comuns, como: pinturas corporais, corridas de toras, dança com maracá no pátio da aldeia e outros. Há uma brincadeira para cada grupo cerimonial (denominados por times) por isso são chamadas de brincadeira do gavião, e brincadeira da arara, onde esses grupos cerimoniais recebem nome dos animais da água: peixe, lontra e arraia. Cada brincadeira, além dos elementos que são comuns, contém atividades que são próprias do grupo cerimonial em questão. Por exemplo, na ocasião da festa do peixe, são confeccionadas as máscaras do Tép(peixe), durante uma semana a máscara é confeccionada com folhas da palmeira conhecida como babaçu, depois de pronta é então pintada com urucum.

Há também a realização do casamento, a aldeia tem passado por um processo de mudanças devido ao contato com a comunidade não indígena. Segundo relato da “Vovó” ou Mamãe Grande (como é chamada carinhosamente na aldeia), antigamente o rapaz para ter permissão de se casar com uma moça, tinha que demonstrar seu amor e conquistar a confiança dos pais dela provando que ele era um caçador, teria que caçar para os pais, tios e irmãos da sua futura esposa, até o dia do casamento.

A mãe do índio também preparava o *KUPUT*¹⁰ (Berarubu) e outros pratos típicos, deveria ser oferecidos aos pais da moça.

Na Comunidade K̀yikatêjê são cultivados a roça tradicional que são plantados macaxeira, abóbora, amendoim, banana, e também são aproveitados da mata a coleta de castanha-do-pará e frutos da floresta como: açaí, cupuaçu e outros. Entretanto, em busca de sustentabilidade e mais uma fonte de alimento há a criação de porcos queixada.

Dentre estes fatores continuam firmes os K̀yikatêjê a preservar e praticar a cultura passada pelos seus ancestrais, por mais que já sofreram mudanças referentes ao seu território, até hoje passam por dificuldades, mas continuam buscando fortalecer cada vez mais a sua cultura, repassando para os novos a educação indígena através das festividades que são separadas por ciclos cerimônias da cultura.

¹⁰ Os kyikatêjê preserva hábitos tradicionais, como por exemplo, o prato típico escrito na Língua Jê Timbira: *Kuput* (Berarubu) alimento feito com a massa da macaxeira ralada e misturada com carne de caça, enrolada com embira na folha da banana brava do mato e assada numa espécie de forno feito no chão com pedras quentes e coberto de terra.



Acervo do Face book, Gavião Kyikatchê Futebol Clube, 2015

Foto 3. Momento cerimonial das brincadeiras Kyikatchê

A foto acima observa que o fortalecimento cultural ainda é preservado em relação à pintura, canto, dança e demais brincadeira que fazem parte da sua cultura.

II – O UNIVERSO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.

Com a imensa diversidade que o Brasil possui, pode-se observar que os Povos Indígenas estão espalhados em diversas regiões do Brasil. Onde passaram por várias lutas e resistências na época da colonização europeia.

A valorização em relação à classe indígena brasileira refletiu uma forma que a ideia do ser índio pudesse conhecer melhor o estágio de vida étnica dos povos indígenas do Brasil, sendo visto como orgulho de origem, sociocultural após o período pós-colonização, projetos sociais de melhoria entre o norte e sul do país no que se refere à cultura e tradições resgatadas por cada etnia, e assim línguas, rituais e cerimoniais tradicionais voltam a ser praticados na escola dentro das aldeias. Mesmo com tantas dificuldades que as aldeias passam por não ter um apoio do governo como está previsto nas leis que os respaldam. Assim diz Luciano, (2006. P. 39) que passado um longo período institucionalizado de repressão ainda é forte no Brasil a repressão cultural não-institucionalizada, não oficial, percebida por exemplo, na implementação das políticas públicas e no reconhecimento pleno dos direitos garantidos, como a terra, a educação e a saúde adequada.

Importante lembrar que leis e pareceres que apoiam profundamente condições de vida através do órgão FUNAI¹¹ pela qual é responsável em cada estado brasileiro acabam deixando a desejar em todos os aspectos sociais deixando-os em constantes dificuldades pela qual seus direitos estão contidos na lei.

A Educação escolar pode ser analisada pelos povos indígenas como forma de tentar atender as necessidades atuais, aprimorando maneiras que venham favorecer formas de fortalecer a cultura e identidade indígena num elo de cidadania com os direitos ao acesso de bens e valores materiais e imateriais do mundo moderno.

Assim a compreensão usual sobre a educação é explanada como processo unido à socialização dos indivíduos, assegurando todo sistema cultural de um povo, ligando ideias que visam a sua reprodução e qualquer mudança que venha acontecer.

¹¹Fundação Nacional do Índio é um órgão governamental que cuida dos interesses de todos os povos indígenas que vivem em aldeias distribuídas nos estados brasileiros, mas infelizmente os representantes das comunidades reclamam da ausência dos representantes da FUNAI, que cada vez mais vai deixando a desejar seu papel quanto cuidadoso.

Luciano, (2006, P.129) explica que:

Assim, a educação indígena refere-se aos processos próprios de transmissão e processos próprios de transmissão e produção dos conhecimentos dos povos indígenas, enquanto a educação escolar indígena diz respeito aos processos de transmissão e produção dos acontecimentos não indígenas e indígenas por meio da escola, que é uma instituição própria dos povos colonizadores.

Contudo estes dois mecanismos de educação são possíveis refletir cada um como forma de exemplo para os não indígenas, pois a educação indígena ‘tradicional’ a passada de pai para filho conforme os seus ancestrais são essenciais para a criança indígena que na verdade é a primeira escola dos saberes culturais que cada um necessita conhecer e praticar.

Percorremos um pouco o avanço educativo indígena através do ciclo de vida inserido tradicionalmente pelo ato de ensinar do pai, mãe, tio, irmãos, os mais velhos e todos tem obrigação de repassar seus costumes culturais. Luciano, (2006, P. 131) define essas etapas da seguinte forma:

1 – A vida antes do nascimento: o anúncio de uma gestação representa uma bênção, marcada por comemorações no qual se firma o compromisso de proteção e desenvolvimento integral da criança. A proteção inicia na infância e se estende até a fase adulta, sendo uma incumbência dos pais, familiares e comunidade. Durante a gravidez, alguns cuidados são tomados pelos pais, evitando comportamentos e hábitos proibidos. Assim, são adotados pelos pais vários procedimentos práticos como acordar cedo pela manhã para tomar banho antes que os demais membros da família acorde, não discriminar crianças e adultos, praticar a generosidade e a caridade. Os procedimentos adotados têm como objetivo garantir o nascimento de uma criança portadora de boas condições físicas, morais espirituais e, sobretudo preparadas para encarar a vida.

2. Nascimento: considerado como um momento sagrado, cercado de mistérios, rituais cerimônias. Após o nascimento, a criança recebe a bênção pelo pajé, sendo, este ciclo de vida é vivenciado por muitos povos indígenas do Brasil. Os primeiros ensinamentos são recebidos pela criança através dos pais e avós, responsáveis prioritários pela preparação da criança para a vida adulta. No decorrer desta preparação, a aprendizagem se dá pela observação, experimentação e por meio da curiosidade em compreender a vida dos adultos, sendo a intervenção da família e da comunidade essencial neste processo.

3. Passagem da vida de criança à vida adulta: esta etapa é marcada pela realização dos ritos de passagem de uma fase para outra, momento em que é observada sua preparação para assumir responsabilidades pessoais e que dizem respeito a todo conhecimento sobre sua cultura.

Os ritos de passagem se desenvolvem de três meses ou mais, onde os meninos acima de 10 anos são reclusos da comunidade e somente a mãe que leva o alimento além dos responsáveis do ritual pode vê-lo.

4. Vida madura: a velhice é um momento de extrema importância para um índio. Nesta fase os veteranos repassam os saberes tradicionais adquiridos para os seus familiares e mais novos. [...]

Então, todo tipo de ensino ocorrido pelos povos indígenas são adquiridos através da união e participação de todos que não desejam ver sua cultura sendo esquecida. Vivenciando a prática pedagógica na própria escola onde exerce práticas pedagógicas indígenas, é que foi

possível observar que os Coordenadores Indígenas nas Secretarias de Educação e alguns diretores nas escolas que não são indígenas não conhecem a luta e cultura de nenhuma comunidade indígena¹².

No entanto, nos últimos anos vários Povos Indígenas estão sendo contemplados pelas Universidades Federais, vagos em diversos cursos, na forma de vestibular específico somente para os indígenas e cotas indígenas em algumas universidades. Ficando mais fácil para aquelas comunidades que há muito tempo já possuem o ensino médio e que até então os diretores e professores não são indígenas, mas aos poucos algumas aldeias vão tendo o privilégio de estar inserida neste novo contexto, e surgindo nas escolas diretores e professores formados que vão contribuindo no ofício de professor dentro de suas aldeias. Ressaltando que ainda são poucas as escolas que o quadro de professores é constituído somente de indígenas.

Portanto, alguns ingressam nos cursos pela qual escolheram e não conseguem chegar até o final, pois ao praticar o dia a dia educacional fica conhecendo uma realidade que não estava em seus planos. Por outro lado quando as vagas são ofertadas em cursos que estão vários alunos não indígenas fica mais difícil e acabam abandonando o curso, pois o Ministério de Educação está favorecendo dentro das universidades cursos na área intercultural específico para os Povos Indígenas que visa formá-los em diversas áreas da educação. Enquanto isso as escolas dentro das aldeias ministram aulas com professores não indígenas.

Através de alguns processos educativos tradicionais, que fica bem claro o que os povos indígenas acham do ensino formal, segundo Luciano, (P.134, 2006):

- O modelo de ensino das escolas indígenas reproduz o sistema escolar da sociedade nacional.
- Normalmente, as diretrizes, os objetivos, os currículos e os programas são inadequados à realidade das comunidades indígenas.
- O material didático – pedagógico utilizado é insuficiente e inadequado, prejudicando as ações educativas. (...)
- As atividades educacionais nas escolas são prejudicadas diante da dificuldade de ficar os professores nas comunidades, fato que se deve à ausência de moradias dignas, transporte e alimentação para os mesmos e falta de programas de formação de professores indígenas locais. (...)
- Devido à barreira linguística, os professores encontram dificuldades no desenvolvimento de seus trabalhos didático-pedagógicos, e consequentemente, o processo de alfabetização é prejudicado.

¹² Comunidade Kyikatêjê: Escola Indígena Estadual Ensino Fundamental e Médio Tatakti Kyikatêjê. Clebson de Sousa Peixoto. Professor do Ensino Médio, e contribui de forma amiga da escola como Coordenador Pedagógico do Ensino Médio localizado na Aldeia Kyikatêjê, BR 222, Km 25 do município de Bom Jesus do Tocantins – Pará.

Observa-se através desse pensamento que o indígena “Luciano” mencionou, o quanto é necessário ter mudanças concretas, pois o Ministério de Educação no Brasil possui leis que na verdade não sai do papel e assim pode-se ver claramente a questão da escola inserida nas comunidades indígenas. Por isso quando ocorre as Conferências Nacionais de Educação Escolar Indígena – CONEEI e demais encontros ligados a estas questões se cria diretrizes de melhorias que aos poucos vão sendo esquecidas e acaba nem chegando às escolas indígenas.

Então, todo esse processo pela qual há anos vem sendo debatido e ainda não chegou à realidade vivenciada por todos, pode-se mencionar a importância fundamental dos professores indígenas, que deverão estar envolvidos no processo educativo voltado realmente ao ensino diferenciado indígena.

Todo esse ideal esperado pelos povos indígenas, só é possível acontecer com a participação de todos, como por exemplo: a comunidade, alunos, lideranças, professores e auxílio público municipal, estadual e federal. Porém há controvérsias por parte de alguns indígenas influenciados no quesito “pensar e viver neste mundo moderno”. E alguns indígenas que adquiriram conhecimentos e são professores e por serem mais jovens não sabe relacionar e planejar didaticamente em sala de aula. Porque não tiveram ensinamentos tradicionais e muitos estudaram na cidade, onde o preconceito e ideias contrariam ao modo de pensar em relação aos indígenas, ficando assim o aluno indígena fugindo dos seus costumes tradicionais, onde são inseridos pelas comunidades por razões culturais e os mesmos não se identificam mais com a prática tradicional, e atua somente ao sistema atual. Foi assim que Luciano, (P. 136, 2006) relata sobre:

O surgimento de internato do passado prepara o indivíduo indígena mais para si do que para a comunidade, levando os jovens ao abandono de suas comunidades e de suas culturas. Ainda hoje a escola é em muitos casos, a ponte e a estrada que levam para o individualismo. E aí acaba a alteridade e a diferença, na medida em que o índio ou a índia, seres individuais, tornam-se algo genérico, sem passado, presente nem futuro.

Nem sempre acontece dessa forma como foi citado pelo autor acima, existem educadores indígenas que diante das diversidades possui um ideal em lutar e reivindicar melhorias educativas para seu povo, e tenta construir uma escola fora do padrão do não indígena e levando um ensino bilíngue, multilíngue, intercultural e específico e diferenciado, que valorize sua identidade, costumes, cresças e tradições do seu povo.

Há vários anosos povos indígenas estão reivindicando em Congressos melhorias para seu povo através de uma educação que assemelhe os dois saberes da Educação Indígena e Educação Escolar Indígena. Assim Matos, (2006 p. 73) os povos indígenas contaram com o

apoio de alguns grupos organizados e juntos começaram na década de 1970 reivindicar um modelo de escola que respeitasse a diversidade e os direitos coletivos.¹³

As organizações indígenas brasileiras lutaram muito através da pressão aos órgãos responsáveis pela educação, como as Secretarias Municipais, Estaduais e Federais onde poderiam possibilitar momentos de reflexão, trocas de experiência e avaliação para os professores e demais lideranças indígenas, começarem a verificar sobre os avanços quantitativos pelo sistema de ensino, da oferta de um ensino escolar que não tem sido acompanhado e a qualidade na estrutura física, material didático específico e ajuda pedagógica intercultural que não são garantidos conforme as leis oferecem.

Numa perspectiva de buscar seus objetivos sabe-se que na época do descobrimento os portugueses começaram a criar uma maneira específica de educação passada pelos catequizadores jesuítas que receberam os primeiros alunos na fase adulta, como os mais velhos foram observando que o método utilizado era totalmente inverso aos saberes tradicionais, muitos foram ficando confusos em relação as suas crenças e costumes, e aprenderam a ler, escrever e rezar de forma que não relacionava nada do que eles tinham aprendido com seus ancestrais. No entanto, como esses educadores achavam que não podiam manipular os adultos, passaram a investir na educação das crianças, para que elas pudessem influenciar os pais e demais familiares da forma que esses intrusos queriam.

Porem, depois de algum tempo algumas regiões foram contempladas com escolas que seguiam os padrões de educação dos jesuítas para os meninos indígenas, e depois da tentativa de ensino nas aldeias, os europeus procuraram incentivar os pais a deixar os pequenos índios a começar a estudar, sem qualquer discriminação racial, pois o ensino era voltado para os pequenos europeus, onde recebiam esse ensino totalmente diferente da realidade vivida.

Mas vale destacar que segundo a história, os educadores jesuítas foram desbravadores pelas causas dos povos indígenas, onde todas as crianças tinham o direito aos estudos e ao mesmo tempo aprender e praticar sua cultura e inclusive não esquecer sua língua materna.

De acordo com os direitos indígenas em defesa de suas terras, saúde, educação, moradia e valorização cultural são asseguradas na Constituição Federal os seguintes acordos conforme Brasil, (1988), em seu artigo 129:

¹³ Cf. SANTOS, Janio ribeiro. (2008). FANESE. Coordenação Pedagógica, Especialista em Metodologia de Ensino para a Educação pela (UFS). Atualmente é integrante do grupo e estudos e pesquisas, Sergipe.

- Estabelece que são funções institucionais do ministério público. (...)
- Defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas, sendo que o art. 205 da Carta magna dispõe que: “A educação, direitos de todos e dever do estado e da família, (...) outros objetivos devem ser observados em relação aos povos indígenas, em atenção aos postulados constitucionais no sentido de que todos são iguais perante a lei (art. 5º) todos tem direitos a não discriminação (art. 4º IV) todos tem direito a educação (art. 205) a igualdade e permanência da escola (art. 201, I) ao ensino fundamental obrigado e gratuito (art. 208, I) ao acesso aos níveis mais elevados de ensino, de pesquisa e da criação artística. (art. 208 IV).

Todas essas leis muitas vezes passam despercebidas, pois as autoridades responsáveis não cumpriram as exigências mínimas que a Constituição garante para cada Povo Indígena.

A educação garante aos povos indígenas segundo o art. 210 inciso 2º da Constituição Federal, “quanto aos valores culturais”, assegurando as comunidades indígenas, além do ensino fundamental ministrado em língua portuguesa, também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, cabendo ao Estado proteger as manifestações da Cultura Indígena (art. 215).

É cabível que a educação seja importante para a promoção do desenvolvimento sustentável de superação das desigualdades sociais de cada comunidade presente nos Estados brasileiros.

Através de várias reuniões realizadas pelos representantes das Comunidades Indígena Brasileira e amparadas sob as lei que os regem, foi desenvolvido um livro contendo propostas básicas para todas as Escolas Indígenas começarem a pensar numa forma concreta que mais condiz com a realidade da sua aldeia, pois assim o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) foi inserido no ano de 1998 com o objetivo de prevalecer com uma educação que seja: bilíngue, multilíngue, comunitária, intercultural, exclusiva e diferenciada.

Contudo, o RCNEI ajudará principalmente os professores não indígenas que muitas vezes são lotados pela SEDUC numa escola que não tem a mínima ideia de como proceder num espaço diferenciado pela qual a graduação não ofereceu conhecimentos baseados na cultura específica que cada comunidade indígena possui. Assim o RCNEI (1998, p. 24-25) exemplifica alguns conhecimentos como:

1. Comunitária: porque conduzida pela comunidade indígena, de acordo com seus projetos, suas concepções e seus princípios. Isto se refere tanto ao currículo quanto aos modos de administrá-la. Inclui liberdade de decisão quanto ao calendário escolar, à pedagogia, aos objetivos, aos conteúdos, aos espaços e momentos utilizados para a educação escolarizada.
2. Intercultural: deve reconhecer e manter a diversidade cultural e lingüística; promovendo uma situação de comunicação entre experiências socioculturais, lingüísticas e históricas diferentes, não considerando uma cultura superior à outra; estimular o entendimento e o respeito entre seres humanos de identidades étnicas

diferentes, ainda que se reconheça que tais relações vêm ocorrendo historicamente em contextos de desigualdade social política.

3. Bilíngue/multilíngue: porque as tradições culturais, os conhecimentos acumulados, a educação das gerações mais novas, as crenças, o pensamento e a prática religiosos [sic], as representações simbólicas, a organização política, os projetos de futuro, enfim, a reprodução sociocultural das sociedades indígenas é, na maioria dos casos, manifestados através do uso de mais de uma língua. Mesmo os povos que são hoje monolíngues em língua portuguesa continuam a usar a língua de seus ancestrais como um símbolo poderoso para onde confluem muitos de seus traços identificatórios, constituindo, assim, um quadro de bilinguismo simbólico importante.

4. Específica e diferenciada: porque concebida e planejada como reflexo das aspirações particulares de povo indígena e com autonomia em relação a determinados aspectos que regem o funcionamento e orientação da escola não indígena.

Estas propostas foram criadas com base no PCNS (Parâmetros Curriculares Nacionais) feita para o não indígena, que trouxe estratégias de Ensino Fundamental ao Médio. Contudo os RCNEIS também foram lançados no mesmo ano, com propostas de ensino voltadas para os Povos Indígenas com adaptações necessárias conforme sua língua, crenças e tradições. E com base na Secretaria Executiva de Educação Paraense¹⁴ é importante saber as características específicas destas modalidades citadas no RCNEI¹⁵ que a CEEIND¹⁶, p.06, 2009 define:

O caráter comunitário é aquela comunidade sem vínculo com qualquer entidade social brasileira, pois as lideranças de cada etnia que direcionam os princípios de funcionamento escolar, seguindo as regras sociais, costumes e rituais de cada comunidade. Já a visão Intercultural, se assemelha como interdisciplinar, a contemporaneidade dos relacionamentos humanos centrados através de tecnologias eletrônicas de comunicação aproximou sociedades indígenas das não indígenas, modificando a escolarização e práticas escolares nas aldeias diante das políticas públicas de inclusão social se voltassem para a promoção da comunicação intergrupar e para com os que estão fora da aldeia. A interdisciplinaridade no processo de criação ou recriação educacional para a escola da aldeia tem um papel fundamental nessa perspectiva, já que transitar por conhecimentos diversificados e que ampliam os limites da escolástica que aprendemos nas pedagógicas específicas das faculdades é um movimento de reorientação filosófico profissional, onde saberes diferentes se unem ao final do processo de construção ou reconstrução do conhecimento. A escola Bilíngues/Multilíngues, trás referencia na constituição Brasileira preconiza aos povos indígenas a manutenção de suas tradições, hábitos e costumes consuetudinariamente transmitidos, momentos ritualísticos e principalmente a língua materna, que deve ser a fala primeira na escola. Elas necessitam ser específicas e diferenciadas na parte da didática pedagógica que cada povo ou aldeia precisa.

¹⁴ Minuta refletiva sobre a Identificação da Modalidade Educação Escolar Indígena. SEDUC / CEIND no ano de 2009 (acervo da Secretaria da escola Tatakti).

¹⁵ Referencial curricular nacional para Escolas Indígenas – Brasil.

¹⁶ Coordenação Estadual de Ensino Indígena, órgão responsável pelas escolas indígenas no estado do Pará.

Entende-se, após a leitura do RCNEI que a expressão comunitária significa que a escola indígena tem autonomia para definir calendário escolar e cultural, introduzindo ensinamentos específicos da sua história, busca ensinamentos que favoreçam a troca de saberes entre o indígena e o professor não indígena que está contribuindo e intercalando junto com o professor bilíngue o ensino da Língua Portuguesa com a Língua Materna.

Na parte intercultural faz-se necessário entender que as maneiras de estimular o entendimento e o respeito humano, a compreensão mútua entre as diferenças, e que a história reconheça os contextos de desigualdade e de inferioridade a que os povos colonizadores europeus submeteram.

São importantes que as escolas indígenas sejam percebidas tanto pelos órgãos governamentais responsáveis e Universidades como experiências inovadoras capazes de articular um duplo olhar sobre elas próprias, de modo que refletem e auxiliem na construção e a continuidade do projeto histórico do grupo indígena e suas conformidades de vida¹⁷.

Entretanto deve-se considerar que as escolas de que se utilizam os povos indígenas, são instituições em consolidação e aperfeiçoamento, e tem o objetivo de fortalecer a luta pela autodeterminação, voltadas para os princípios da pluralidade cultural com diferentes existências e modos de vida. Porém, elas deixam de serem instrumentos de negação e exclusão para se configurarem como instrumentos ativos de apoio, incentivo e afirmação de novas políticas públicas de inserção para a diversidade e participação ativa das sociedades humanas que contemplam políticas públicas de inserção para a diversidade cultural e participação das sociedades humanas contemporâneas.

É cabível que as escolas indígenas tenham como orientação o princípio de que os grupos humanos indígenas talvez só se mantenham enquanto uma coletividade de interesses comuns e do entendimento de que vivem em um mundo de transformações rápidas de maneiras diversas diante da ação de agências educacionais, sejam elas governamentais ou não. Assim, mesmo mantendo os princípios básicos organizacionais do sistema de ensino brasileiro, para que as escolas situadas nas aldeias possam preservar o posicionamento indígena em seus afazeres e maneiras de estar no mundo.

Outras conquistas através dos direitos constitucionais no campo jurídico possuem no

¹⁷ Cf. ALVAREZ, Andre, DAVID, Moises; JULIÃO, Maria Regina; FURTADO, Edilene; CUNHA, João. A construção da Escola pelos Parkatêjê. In ASSIS, Eneide. (Org.) Educação Indígena na Amazônia: Belém: Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ, UFPA, 1996. (Série Cooperação Amazônica, vol. 16). Os professores relatam que morando em aldeias, estavam em transição do trabalho missionário.

Ministério da Educação a LDB, 1996 que traz detalhadamente ampara com bases nas leis que reconhece a Educação como direito de cada cidadão indígena e não indígena.

A grade curricular pela qual é ofertada há anos as disciplinas que compõem cada série de ensino, só é modificada na parte diversificada que inclui as disciplinas de línguas, cultura e algumas que fazem referencia a direitos indígenas e atividades do campo. Mas nem toda escola indígena tem professores não índios qualificados para trabalhar, pois na maioria das vezes somente a disciplina de Língua e Cultura é trabalhada pelo próprio professor indígena.

Há comunidades que ainda não possuem ideias de estar sempre reivindicando e cobrando os seus direitos, pois os avanços não chegam, e com isso o ensino vai sendo ministrado e repassado para os alunos aleatoriamente, conforme a visão dos professores. Sendo assim é preciso sempre os responsáveis indígenas e não indígenas estarem atento a construir uma escola diferenciada de acordo com a proposta existente em leis, livros, relatório e reunião que sempre reflete como deve ser uma escola indígena em cada etnia distribuída nos Estados brasileiros. Como lembra Mosonyi (1996, p. 71):

Ainda segue predominando numa concepção institucional e formalizada da Educação intercultural e Bilíngüe: fundar escolas, formar ou reciclar professores fazer programas, publicar textos pedagógicos, desenhar metodologias e inclusive ganhar batalhas perante as autoridades nacionais, para essa iniciativa. Tudo isso é de suma importância, e estamos longe de haver cumprido sequer todos esses passos, nem mesmos nos lugares mais favoráveis. Porém há outra serie de problemas que precisam ser enfrentados, impossível avançarem (...) trata-se da Educação e vida familiar cotidiana, dentro da comunidade, já que a infância escolarizada pertence, em primeiro lugar, as suas famílias de origem.

Além disso, se faz necessário respeitar a diversidade com mais atenção, para que os povos indígenas alcancem seus objetivos pelo qual são chamados de defensores da fauna e da flora que ao longo dos anos vai sendo passado de geração em geração.

De certa maneira após os quinhentos anos de relações nas quais os povos indígenas são posicionados como os sofrendores e vítimas de decisões políticas adotadas pela equipe portuguesa e brasileira, vêm seguindo todo acontecimento referente à colonização.

As decisões políticas de alguns anos atrás conseguiram trazer reconhecimento sobre como seria a definição de Educação Escolar Indígena que exatamente traria as identidades étnicas, recuperando memórias históricas, pela valorização da língua e reconhecimento dos Povos Indígenas. Conforme CNEEI, (2009, p. 02):

Um espaço de construção de relações étnicas orientadas para a manutenção da pluralidade cultural, pelo reconhecimento de diferentes concepções pedagógicas e pela afirmação dos povos indígenas como sujeitos de direitos, sugeriu as diretrizes

político-pedagógicos da interculturalidade, bilinguismo/multilinguíssimo, de forma que contemple todos os paradigmas situados no texto.

Finalmente muitos avanços foram detectados através de objetivos voltados à pluralidade cultural, que aos poucos foram incorporadas devido aos Planejamentos Nacional de Educação.

Continua-se com atenção voltada para a realidade que ainda não foi totalmente satisfatória quanto à participação dos povos indígenas nas tomadas de decisões ligadas ao poder público e assuntos relacionados que atrapalham aos avanços em relação às condições de vida, educação e saúde. A saber, que é preciso que todo o povo indígena no Brasil que já são reconhecidos e que já tiveram contato com o não indígena tenha formação técnica de gestão para poder participar de suas decisões juntamente com o legislativo, executivo, judiciário, porque este contato facilita um melhor aprimoramento entre culturas e costumes diferentes.

2.1 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA COMUNIDADE / ALDEIA KÿIKATÊJÊ

Ao relatar a Educação Escolar Indígena do Povo Kÿikatêjê¹⁸, não poderia deixar de mencionar um pouco sobre a Secretaria Municipal de Bom Jesus do Tocantins e Secretaria Estadual de Educação, órgão que cuida das escolas localizadas nas aldeias indígenas, pois algumas escolas pertencem ao município mais próximo e outras ao Estado do Pará, onde muitas vezes estes órgãos citados deixam a desejar em relação ao apoio direto às Escolas Indígenas no que diz respeito à morosidade em liberar contratos temporários aos servidores para essas escolas indígenas, pois até agora não saiu concurso específico indígena para as aldeias, pois está esperando os indígenas que cursam graduação específica na área da educação terminar seu curso e com isso o Estado poder oferecer concurso indígena. Outro fator são as construções e reformas das escolas, merenda escolar e também falta de cursos específicos para quem trabalha com os povos indígenas.

Na Secretaria de Educação do Estado foi criado um setor específico chamado CEEIND¹⁹ que é responsável para auxiliar as escolas, mas este órgão não tem autonomia e

¹⁸ Fonte da Escola Tatakti situada na aldeia Kÿikatêjê no município de Bom Jesus do Tocantins, estado do Pará. Leitura em documentos, feita no dia 27/01/2015, às 09h42min.

¹⁹ Coordenação Estadual de Ensino Indígena, criado pela SEDUC em 03 de novembro de 1999 que cuida das escolas do estado.

acaba que as necessidades urgentes vão ficando a desejar. Enquanto os municípios não têm um setor específico e não estão preparados e com isso as escolas vão passando despercebida e que o ensino intercultural e bilíngue vão ficando de lado.

Conforme acervo histórico da aldeia K'yikatêjê, observa-se que todo conhecimento tradicional ensinado de pai para filho e outros membros mais velhos onde eram transmitidos através da oralidade e que através da escola dentro da aldeia teria que ser repassado formalmente, mas por falta de conhecimento e até preparação para os professores, estão sendo substituídos e sufocados pela instrução escolar ministrado na língua portuguesa juntamente com os outros conteúdos programáticos. Do qual, surge aí à necessidade de estar inserindo esses ensinamentos tradicionais ao currículo escolar e adaptá-los de acordo com a necessidade da aldeia em foco.

Mesmo com a Proclamação da República, a didática educacional trás modelos não indígena presente na sociedade. Conforme Amazônica, (2002, p.38)²⁰ relata que:

As medidas necessárias que deem conta da especificidade da educação indígena são relativamente recentes. Por exemplo: data de 10/11/1999, a Resolução da câmara de Educação Básica – CEB / Conselho Nacional de Educação nº 3, que fixa diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e outras providências; a Resolução 880, de 16/12/1999, do Conselho Estadual de educação do Pará, que fixa normas para estrutura e funcionamento das Escolas indígenas, junto ao sistema de ensino neste Estado; a Resolução 782, de 22/11/2000, do Conselho Estadual de Educação do Pará, que aprova estruturas Curriculares unificadas para o ensino Fundamental de 1ª a 4ª série e 5ª a 8ª séries em forma de ciclos, adotada pela rede de ensino indígena no estado do Pará.

Porém, observa-se que o processo de ensino passou por várias etapas em relação às Escolas Indígenas Paraense, desde o ano de 1999 foi surgindo resoluções que pautavam pareceres adaptados para as escolas indígenas, pois até hoje ainda há deficiências na questão de estratégias metodológicas de ensino específico para os povos indígenas. As Universidades aos poucos estão implantando cursos superiores voltados para os Povos Indígenas.

Na Reserva Indígena Mãe Maria o início educacional indígena surgiu no ano de 1967, com metodologias dessa época, com condição não muito agradável pelo que condiz a constituição da década de 60. Mas depois de muitos anos, ocorreram mudanças em 1983, ganharam estrutura física regular e melhorias na qualidade de professores mais qualificados para aquela época.

²⁰ Relatos do trabalho produzido na reserva indígena K'yikatêjê, pela Extensão Amazônica: ONG, Produzida em 2002.

No ano de 2000 os alunos da Aldeia Kÿikatêjê frequentaram a escola Peptykre Parkatêjê²¹ situada na Aldeia Parkatêjê no Km 30, a qual foi citada a cima. No ano de 2001 com a saída do Povo Kÿikatêjê, desta aldeia supracitada, para formar uma nova aldeia no Km 25, chamada Kÿikatêjê.

Após a saída de algumas famílias para a nova aldeia do KM 25²² foi determinado algumas proibições, sendo a 1ª sonegação feita com as crianças a não frequentar a escolada pela qual estavam matriculadas. Com isso determinou a criação, em 1º de março de 2002 da Escola Estadual de Ensino Fundamental Tatakti Kÿikatêjê, nome escolhido pela comunidade, Tatakti significa trovão e kÿikatêjê: povo do rio acima. Localizada no interior da recém criada Aldeia Kÿikatêjê mantida pela Associação Indígena Kÿikatêjê com o apoio da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins, através da Secretaria de Educação (Merenda escolar e material de apoio pedagógico) e do Governo do Estado do Pará, através da Secretaria Executiva de Educação / 4ª Unidade Regional de Ensino (fornecimento de Carteiras escolares e materiais didáticos).

Mas quanto à estrutura física no ano de 2002 o primeiro local cedido pela comunidade para a realização das aulas do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries foi uma casa de farinha, onde em anos anteriores produziam farinha da macaxeira²³, posteriormente foi transferido para um barracão feito no formato de oca situado no acampamento²⁴, depois transferiu para um local que antes havia funcionado o projeto de avicultura.

Porém, desde a construção da aldeia em maio de 2001 a preocupação principal é ter um ensino de qualidade e além de outras demandas a estrutura física era precária, e no de 2004, devido o aumento do número de alunos, fez-se necessário mudar para um local maior onde a comunidade ofereceu o abatedouro²⁵ que antes era usado para o abate das aves da pequena granja situada no entorno da aldeia.

Assim, a comunidade sempre aguardava a aprovação do Governo do Estado junto a SEDUC em liberar recursos para a construção de uma escola que finalmente em 2007 foi

²¹ Nome do primeiro local que abrigou os gaviões que denomina a etnia Parkatêjê, e demais etnia que com o passar dos anos as cisões entre eles foi surgindo outras aldeias dentro da terra Mãe Maria, uma delas é a citada neste trabalho dissertativo.

²² Termo usado para referir na rodovia PA 222a distancia entre uma aldeia da outra.

²³ Alimento extraído de uma planta comestível que produz uma massa que após ser ralada se faz a farinha torrada para ser incrementada a alimentação.

²⁴ Local situado próximo as casas determinado para a realização de cultura e reuniões da comunidade indígena.

²⁵ Construção de alvenaria que funcionou por alguns anos o abatedouro de frango e depois foi cedido para o setor de Educação onde funcionou por três anos a educação do 1º ao 5º ano da Escola Kÿikatêjê.

entregue, mas não concluída totalmente, e com a implantação do ensino de 5ª a 8ª série neste ano, foi necessário funcionar sem ter o ato cerimonial da obra.

No ano de 2008 foi ofertado na Escola Tatakti ²⁶ o Ensino Médio, que houve aumento no número de alunos e daí então mais uma vez foi pedido à ampliação da escola com mais salas de aulas e dependências administrativas, e somente em 2010 começou a ampliação da escola, mas a nova construção foi interrompida devido à mudança de governo. Então para atender a demanda começou a ter turnos intermediários entre os três níveis do fundamental I e II, EJA e Ensino Médio.



Acervo da E. I. E. E.F.M. Tatakti Kyikatêjê, 2007

Foto 4: Frente do Bloco I da E.E.I.E.F.M. Tatakti Kyikatêjê

Veja que a foto quatro mostra a primeira escola construída pelo governo e não concluída como apresentava o projeto, mais mesmo assim a comunidade utilizou para o funcionamento do Ensino Fundamental, só que a demanda de turmas aumentaram e foi necessário começar a ampliação da mesma que levou dois anos para entregar a primeira etapa que foram as salas de aulas e ficando o administrativo para ser depois terminado, e após algumas reivindicações das lideranças K̀yikatêjê em maio de 2014 a construtora entregou a obra, conforme a foto cinco, e mais uma vez o governo do Estado e nem representante da

²⁶ Retrospectiva do planejamento anual, elaborado pelo setor de Educação Escolar da Aldeia K̀yikatêjê, Km 25, na cidade de Marabá – Pará, fevereiro de 2008.(Fernandes, Rosani: Assessoria pedagógica).

Educação veio entregar a nova construção. E até o presente momento deste relato a SEDUC não mobilhou as salas administrativas. Só que mesmo com tantas dificuldades o povo K̀yikatêjê acredita numa educação que visa uma aprendizagem bilíngue, intercultural, diferenciada e de qualidade.



Foto 5.Nova ampliação da Escola E.I.E.F.M. Tatakti Kyikatêjê

A foto acima mostra a nova ampliação da escola com salas de aulas e administrativo, pois o ensino K̀yikatêjê atualmente é ofertado com as modalidades da Educação Infantil, Fundamental de 1º ano ao 9º ano, EJA-Educação de Jovens e Adultos (1ª a 4ª Etapas) e 1º ao 3º ano do Ensino Médio, todo ensino é ministrado na Língua Portuguesa, e os componentes curricular é seguido à grade nacional que não é voltado para realidade da comunidade, onde só é acrescentada a disciplina Língua Materna e Cultura e Identidade, sendo ministrada pelos professores bilíngues da escola. Há no total oito (08) professores indígenas e dezenove (19) professores não indígenas.

Conforme leitura e análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Tatakti K̀yikatêjê, observa-se que as metas e objetivos a serem alcançados estão traçados em forma de texto, assegurando uma escola diferenciada e

intercultural que a comunidade espera da Secretaria Estadual de Educação e Cultura um olhar especial quantos aos pedidos proposto no PPP ²⁷ da escola que é valido por de três anos.

Sendo assim conforme pesquisa em documentos na Secretaria da Escola, logo abaixo observamos o demonstrativo com número de alunos matriculados desde o ano de 2002 até o presente momento que este trabalho foi redigido.

Tabela 01. Alunos matriculados entre 2002 a 2015 na E.E.I.E.F.M. Tatakti Kÿikatêjê

Demonstrativo referente à quantidade de alunos matriculados na E.E.I.E.F.M. Tatakti Kÿikatêjê entre os anos de 2002 até 2015														
Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº de matrícula	112	81	80	104	103	167	214	208	226	243	218	135	206	238

Fonte: Documentos da Secretaria da Escola Tatakti Kÿikatêjê

Ao observar o quadro de matricula de alunos, verifica que desde a criação da escola no ano de 2002 a 2007 houve aumento significativo nas matrículas em 2007, porque os alunos que estavam cursando o ensino fundamental do 6º ao 9º ano passaram a estudar na aldeia, ficando somente os alunos do ensino médio matriculados nas escolas da cidade de Marabá. E no ano de 2008 as matrículas aumentaram um pouco devido à oferta do Ensino Médio na escola.

Porém, mesmo ofertando as três modalidades de ensino cabem observar que há uma oscilação de matrículas, isto ocorre através das desistências e cisões entre as famílias, já em 2013 o número de matrículas caíram em media 40% devido à cisão na Aldeia Kÿikatêjê, onde a metade das famílias foi morar em outro local da Reserva Mãe Maria. Outro fator analisado foi o ano de 2015, os números de matrículas aumentaram, pois a escola passou a atender alunos das três aldeias: Kriamretijê Parkatêjê, Koyiakati Kÿikatêjê e Akrâtikatêjê, são aldeias

²⁷ Cf Projeto Político Pedagógico da escola, documento produzido por toda equipe escolar, onde nele há todas as proposta referente as visões e valores da educação escolar indígena, bem como as metodologias, didáticas de ensino, metas a serem cumpridas nos anos proposto pela Secretaria de Educação e Cultura.

III – PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 OLHAR METODOLÓGICO

Em se tratando de produção de material específico para as escolas indígenas, começou coma elaboração de critérios necessários para aprofundar no assunto pela qual foi desenvolvida esta pesquisa. Todo este processo começou no ano de 2014, mediante ao conhecimento da proposta metodológica da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Tatakti Ḳyikatêjê, que atualmente conta com 238 alunos matriculados.

As aplicações das perguntas foram relacionadas aos procedimentos pela qual contribuíram para produção dos livros e registros do povo Ḳyikatêjê. Para conhecer e adquirir informações pertinentes sobre a pesquisa foi aplicado um modelo de questionário contendo perguntas reflexivas.

Todo processo só foi possível após a leitura de alguns teóricos que foram citados nos capítulos produzidos anteriormente, e de maneira reflexiva definem que as escolas indígenas devem ter um ensino diferenciado, bilíngue e intercultural.

Assim, a realização de todo processo da prática de projetos voltados para a construção de livros específicos referentes ao registro histórico da Cultura Ḳyikatêjê, iniciou no ano de 2004 envolvendo os funcionários da escola e alunos, todos num propósito de registrá-los para servir de acervo bibliográfico. Porém, atualmente essa prática de produção não está acontecendo, devido alguns fatores internos não foi possível continuar aos registros no formato de livros, e ficando assim os bilíngues somente ministram suas aulas.

De acordo com Luciano, (1996, p.149) nos mostra que:

Há necessidade de formulação de cursos e de projetos específicos para indígenas que valorizem a sua cultura e o seu conhecimento, sempre articulados ao conhecimento científico não indígena que permite o registro desses saberes por meio de produção de material didático. Esse material tem como base a realidade da região e deve estar vinculado a projetos que possam promover o desenvolvimento social, cultural, político e econômico das comunidades, apresentando alternativas sustentáveis de sobrevivência e reforçando a identidade étnica e cultural dos povos indígenas.

Assim, é necessário que todas as escolas indígenas tenham parcerias que contribuam para essa prática pedagógica, pois na verdade são pouquíssimas instituições universitárias e Estados brasileiros que auxiliam e apoiam a prática de produção de material específico para as aldeias.

Depois foi desenvolvida uma verificação de conteúdos com abordagem em duas etapas: A primeira etapa foi observada através dos livros produzidos pelos alunos, bilíngues e membros da comunidade, sendo orientados pelos professores indígenas e não indígenas lotados em regência nos três níveis de ensino. Na segunda etapa, para diagnosticar os processos metodológicos, a escola tem sete professores bilíngues, mas apenas cinco participaram da aplicação do questionário com quatro perguntas a fechadas e um questionário com duas perguntas abertas, logo após foi feita análise e leitura e algumas referências bibliográficas sobre a Educação Escolar Indígena, dos quais serviram para a produção deste trabalho.

Face aos procedimentos de investigação utilizados na pesquisa foram trabalhadas duas maneiras de pesquisas: Exploratória e descritiva qualitativa.

Estas etapas de pesquisas foram utilizadas primeiramente como fonte de informação para execução deste estudo²⁹ como método exploratório em virtude de pesquisa bibliográfica, pois procuram explorar a literatura abrangente do processo utilizado por materiais já elaborados como livros, artigos científicos, internet e outros dos Povos Indígenas do Brasil e dos K'yikatêjê. Já a pesquisa descritiva qualitativa foi feita através da pesquisa em campo, com utilização do método de observação seguida da análise dos materiais confeccionados e utilizados pelos professores em suas práticas educativas.

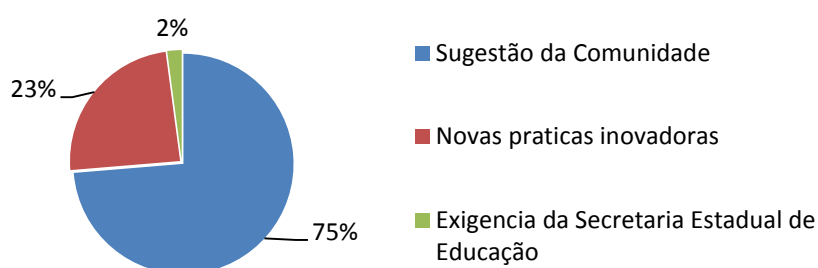
²⁹ Cf ROCHA, Andréia de lima Campos. Elaboração de material didático: uma necessidade na educação de surdos. Núcleo de Pós Graduação Lato Sensu em Libras da Universidade Católica, Brasília, 2012.

IV RESULTADOS E REFLEXÕES

A análise do presente capítulo expõe informações da pesquisa feita no ano de 2014 com a presença dos professores da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Tatakti Kyikatêjê, localizada no município de Bom Jesus do Tocantins – PA. Logo abaixo estão expostos gráficos que ajudam na complementação da pesquisa.

4.1 APRECIÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS

Gráfico 1 – De que forma ocorreu o desenvolvimento dos livros na cultura Kyikatêjê?

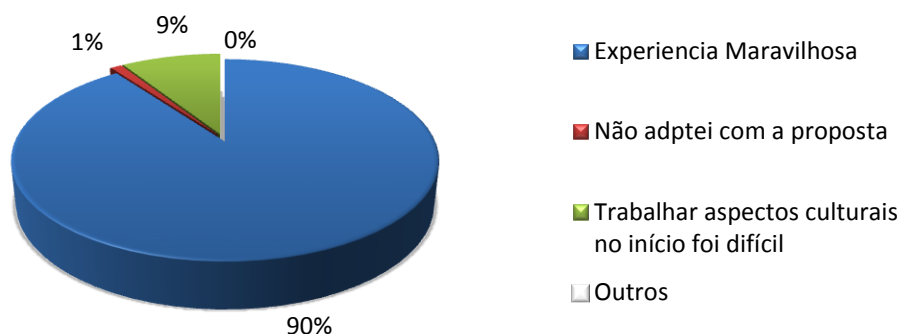


Fonte: Amostra coletada em 2014

Conforme demonstra o gráfico acima, o desenvolvimento de livros na Cultura foi uma sugestão da comunidade que optaram numa totalidade de (75%) da pesquisa, seguido com (23%) marcaram a opção que as novas práticas inovadoras norteiam suas pesquisas para a construção do livro cultural. Em terceiro plano (2%) aparece como as exigências da SEDUC, porque devido à escola ser indígena nem sempre a carga horária completa às 40 horas semanais, e assim são disponibilizadas uma complementação como Laboratório Vivencial. Em observação ao CONNEI, (2009, p. 21), afirma que: Os materiais didáticos e paradidáticos específicos às realidades socioculturais dos povos indígenas têm o importante valor social da autoria fundamentado em pesquisas feitas com os sábios das comunidades.

Enfim, qualquer produção desenvolvida na comunidade, é uma forma de registrar a história de um povo que possivelmente servirá como pesquisa e confecção do livro cultural para sua comunidade.

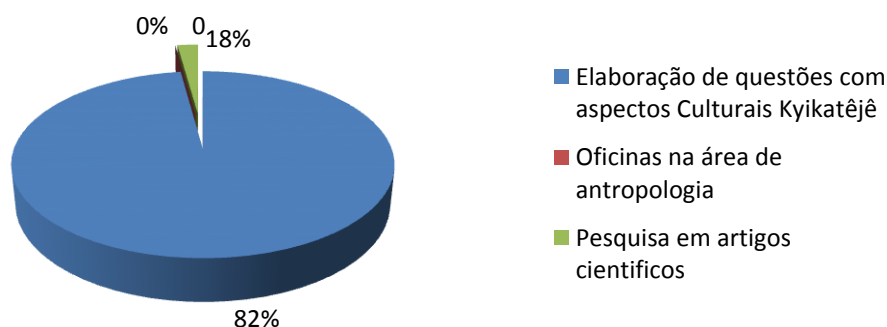
Gráfico 2– Como foi trabalhar com projetos na cultura K̀yikatêjê



Fonte: Amostra coletada em 2014

Com relação à pergunta feita aos professores sobre o processo de trabalhar com projetos em sala de aula voltados para a Cultura K̀yikatêjê, (90%) confirmaram que foi uma experiência maravilhosa, pois conhecer uma nova cultura, através de registro pertinente é prazeroso, já (9%) dos professores confirmam que ao trabalhar os aspectos culturais, no início foi difícil, onde os professores não indígenas nunca tinham trabalhado e visitado alguma aldeia, e muito menos conhecia a realidade K̀yikatêjê. Já (1%) do entrevistado não adaptaram com a proposta pedagógica da escola, e não deram conta de fazer nenhuma produção cultural na sala de aula, por questões pessoais.

Gráfico 3– Como Coletou informações sobre o tema do livro:



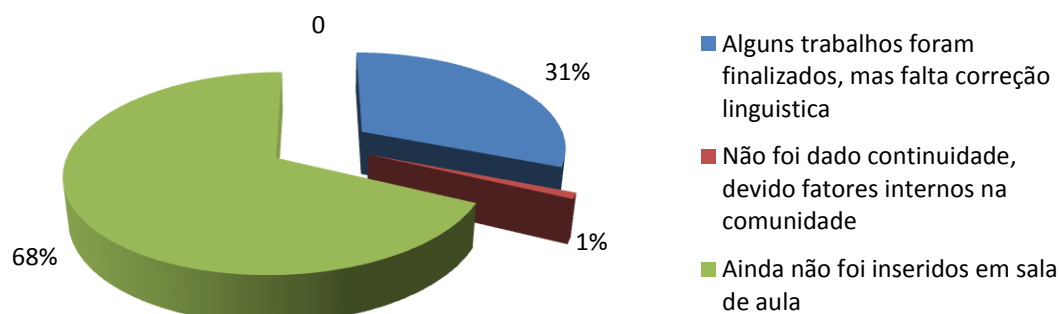
Fonte: Amostra coletada em 2014

Todo processo pela qual foram desenvolvidas as informações pertinentes ao tema do livro, (82%) dos professores responsáveis pela execução deste trabalho partiu da prática de elaboração de questões referentes aos aspectos culturais K̀yikatêjê. E complementando

teoricamente o trabalho (18%) utilizou pesquisa em artigos científicos como fonte de informação.

Lembrando que os trabalhos realizados na escola da Comunidade Kÿikatêjê têm registrado toda a parte histórica, e possivelmente serem transformadas em material didático para ser trabalhado dentro da sala de aula. Mas se pode fazer uma análise de que as dificuldades são inúmeras, devido à falta de apoio específico para esta área, onde fica a preocupação dos membros da comunidade em registrar, escrever e pronunciar as palavras corretamente.

Gráfico 4 – De que maneira são utilizados os livros produzidos na Escola.



Fonte: Amostra coletada em 2014

Observando esta amostra acima, verifica-se que a escola possui alguns livros produzidos, mas (68%) dos entrevistados relatam que não foi inserido os livros na sala de aula, devido alguns fatores que podem está associado às estratégias metodológicas de interdisciplinaridade entre os conteúdos indígenas e não indígenas. E ficando (31%) afirmando que alguns trabalhos não foram finalizados, porque faltou um apoio de um especialista em linguística que conheçam e disponham em aprofundar nos aspectos culturais dos livros produzidos. E fechando a pesquisa com (1%) consideraram que os fatores estão ligados aos problemas internos da comunidade.

Dando sequência a esta pesquisa serão analisadas as perguntas do questionário aplicado a cinco professores bilíngues. O questionário apresenta duas questões abertas, que ao entrevistá-los terão a autonomia de responderem da maneira que pensam sobre o ensino padrão de educação na comunidade. Antes da aplicação do questionário, foi explanado a respeito da sua finalidade e de que forma deveria ser preenchido.

V - PRODUÇÕES DE LIVROS ESPECÍFICOS PARA O ENSINO KYIKATÊJÊ

5.1 ORIGEM E DEFINIÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

A política pública para Educação Escolar Indígena nos últimos anos foram formuladas a partir da promulgação da Constituição Federal que pautou novas estratégias para Povos Indígenas, elencando a valorização e apoio a todas as comunidades indígenas situadas nos Estados brasileiros. Assim, o objetivo é implantar práticas educativas e ideias que fundamentam nos princípios da valorização dos aspectos históricos do seu povo. Mas para que isso de fato aconteça, Silva, (2011 p. 03) diz que:

E, se estamos pensando em qualidade no ensino, não devemos deixar de lado a importância de materiais didáticos específicos, pois não adianta encher os alunos de livros que trazem conteúdos tão distantes dos contextos dos quais eles vivem, pois muitas vezes isso acaba gerando desinteresse por parte de muitos alunos, principalmente as crianças. O material didático específico que contempla o contexto do aluno desperta o interesse da comunidade pela escola, por ver que a escola também lhe é “familiar”. Dessa maneira, a escola deixa de ser um objeto distante do cotidiano de quem a frequenta e passa a fazer parte de sua vida.

Para tanto, se faz necessário superar os desafios que ainda precisam ser superados na educação escolar indígena, e dentre tantos, está o material didático, um dos grandes problemas enfrentados pelas escolas indígenas nos dias atuais, portanto, questão central da nossa reflexão.

5.2 O PAPEL DOS LIVROS DIDÁTICOS³⁰

Contar com recursos didáticos que facilitem o processo de ensino-aprendizagem na educação é uma ferramenta que ainda possibilita maior autonomia ao estudante, e o desejo de todo professor. O uso do material didático na prática educativa não é algo Novo, ao contrário, advém de séculos atrás, inúmeros foram às mudanças na área educacional.

Nesse sentido, o primeiro registro do LD (livro didático) voltado ao ensino de uma língua é a obra *Orbis Pictus* de João Amos Comenius, escrita em 1654 para o ensino de latim. Por defender o emprego de recursos de concretização no ensino, Comenius escreveu uma obra em que as palavras foram ilustradas com representações pintadas, por acreditar que suas

³⁰ Cf. ARISSANA, Braz Bonfim de Souza. Por uma Política de Produção de Material Didático para as Escolas Indígenas. Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos. Universidade Federal da Bahia, 2012. Disponível: www.google.com.br/> acesso dia 30/03/2015 as 18h05min.

representações visuais, principalmente os desenhos ilustrativos e gravuras, estimulariam os sentidos, a memória e a inteligência dos estudantes.

Conforme em parecer do teórico Paiva, (2012, p. 01) nos esclarece que:

Todo material didático têm sua origem com o surgimento do livro didático, a partir da invenção da imprensa, no século XV, e intrinsecamente associado ao ensino de línguas, onde ele passou a assumir uma característica didática no momento em que adentrou ao ambiente de ensino, cujos registros, nele contidos, apoiavam o ensino de determinada língua. Em virtude da escassez dos livros, esses ficavam na mão do professor e seu conteúdo era repassado aos alunos por meio do ditado e discutidos dialogicamente.

A importância do material didático é uma maneira simples e objetiva que auxilia o professor metodologia de ensino-aprendizagem, conduzindo o aluno a valorizar sua Língua e conhecimentos tradicionais. É claro que todo material didático que se fizer para uma escola de um determinado povo será bem vindo.

Mas a necessidade de uma política de produção de material didático específico se deve ao fato de que construir material didático exige uma complexidade que está além da editoração e publicação. E são vários os fatores que fazem parte dessa complexidade que não podem ser desconsiderados, dentre os quais estão à autoria indígena, o tempo de produção, o trabalho coletivo e a demanda da escola e da comunidade.

Quando se desenvolvem as etapas de elaboração coletiva do LD resultam em uma publicação didática, e apresenta vários pontos positivos tanto para a educação escolar indígena, como para o processo de ensino-aprendizagem escolar. Os LDs tendem a ser mais adequadas à realidade do povo indígena o qual estará inserido, pois diferentemente dos LDs que circulam nas escolas públicas brasileiras não índia, os manuais didáticos indígenas não são elaborados por teóricos e especialistas em uma dada área, que não atuam em sala de aula, mas por professores que conhecem os problemas e as dificuldades enfrentadas por eles no dia-a-dia. Ou seja, os professores têm vivência de sala de aula e são acima de tudo, comprometidos com a educação de sua comunidade.

Para se construir materiais didáticos específicos para as escolas indígenas é necessário partir da demanda da comunidade escolar, esses materiais têm que ser construídos e produzidos por quem fará uso deles, ou seja, pelos professores indígenas sendo auxiliados pelos professores não indígenas e, é claro, com a participação da comunidade, que é a fonte que proporciona essa produção³¹.

³¹ Site: Estudos étnicos. Disponível em: [http:// www.estudosetnicos.com.br](http://www.estudosetnicos.com.br). Acesso em 01/04/2015.

Sabemos que na Educação Escolar Indígena no Estado do Pará falta ser implantada a questão da produção de material específico para a comunidade, partindo da Universidade Federal e Estadual do Pará que todo ano disponibilizam vagas no curso de graduação através do sistema de cotas, pois na Universidade tem professores capazes de orientar e colaborar na construção desse material específico para os povos indígenas.

Outro ponto a destacar é aproveitar os alunos do curso de Licenciatura intercultural, que tem uma grande quantidade indígena de diferentes aldeias reunidas, pois eles terão tempo ao longo do curso para que essa produção possa estar vinculada às aulas das diferentes áreas dos cursos de formação, como uma atividade multidisciplinar. E no decorrer do curso será revisada, ajustada, acrescentada, e até mesmo para experimentá-los nas escolas, antes mesmo da publicação final.

Moore, (2008, p. 63) afirma que materiais produzidos através da própria cultura e língua materna geralmente aumentam o prestígio da mesma e chamam a atenção da geração mais jovem para a importância de conhecer e preservar a língua de seus ancestrais.

Assim, podemos avaliar que, tendo nas aulas esse propósito, os graduando terão mais interesse, inclusive para a pesquisa do trabalho que chamamos nas licenciaturas de TCC - Trabalho de Conclusão de Curso. Dessa maneira unimos o útil ao agradável.

Mas outro caminho de pesquisa que a produção de material específica para as Comunidades Indígenas são as Formações Continuidas para os professores das escolas indígenas. Essa produção precisa de um acompanhamento constante dos formadores e de uma equipe técnica para orientá-los e ajudá-los em suas produções considerando a autonomia da comunidade e professores indígenas para que tudo venha ser feito como almeja os povos indígenas, inclusive as finalizações, o projeto gráfico dos livros, edição de vídeos, dentre outros. Para isso, é necessário que haja uma política que garanta essa especificidade. Souza (2006, p. 207) afirma que:

Na maioria das vezes, porém, sendo tutelado por pessoas de fora das comunidades indígenas, o processo de editoração desses livros, incluindo o tratamento gráfico final que lhes é dado, muitas vezes é controlado por pessoas que acabam também vítimas inocentes das armadilhas que separam a cultura oral da escrita.

Porém, a Secretaria de Educação do Estado do Pará não disponibiliza de formação continuada para os professores indígenas e não indígenas, ficando assim a critério de cada comunidade que tem professores indígenas e não indígenas disponibiliza da complementação de horas chamada de laboratório vivencial para ter um momento de produção desse material,

planejamento das aulas e reforço pedagógico, mas nem todas as escolas indígenas funcionam dessa maneira, pois muitas escolas ainda são gerenciadas pelo homem não indígena devido não ter nem um membro da comunidade formado em ensino superior.

Assim, a educação na comunidade K'yikatêjê tem os conteúdos ministrados nas diversas disciplinas de acordo com os livros didático da escola não indígena e somente as aulas de língua indígena e cultura são inseridas na parte específica da sua etnia, mas sem nenhum acompanhamento e registro pedagógico dessas aulas que possivelmente poderia ser aproveitados na produção de algum material didático.

É válido ressaltar que no Brasil, em algumas comunidades indígenas de Estados diferentes, professores indígenas juntamente com alunos produzem seus próprios livros na Língua Materna e Língua Portuguesa, pois o governo federal tem políticas públicas que dão suporte aos materiais produzidos nos cursos de graduação indígenas.

Essa forma se assegura não somente a especificidade linguística e cultural, mas também possibilita a reflexão mais aprofundada sobre questões, como: saúde, meio ambiente e posses de terras, por exemplo, que envolvem um dado povo indígena. Isso, porém, não anula a existência de etapas de elaboração coletiva, isto é, quando todos os alunos/professores de diferentes línguas e etnias que participam do curso presencial colaboram com tarefas e temas comuns que valorizam os aspectos interculturais de sua formação e de suas produções.

5.3 PRODUÇÕES DE LIVROS NA ESCOLA K'YIKATÊJÊ

O primeiro processo de observação desta pesquisa ocorreu na sala dos professores, onde havia alguns materiais didáticos produzidos através das oficinas pedagógicas na escola campo que contempla os seguintes temas separados em uma tabela para analisar os livros, atentando minuciosamente os temas produzidos desde o ano de 2005 a 2011, de todo material apenas um foi editado e os demais estão no formato de apostila impressa na própria escola.

Esta proposta pedagógica acontecia através da Assessoria Pedagógica que auxiliava os projetos proposto a cada professor indígena e não indígena que são contratados pela SEDUC, onde são disponibilizadas algumas horas de laboratório vivencial na sua carga horária, ficando assim um tempo para desenvolverem com seus alunos e demais membros da comunidade projetos que contemplem alguns aspectos da cultura K'yikatêjê. Mundurucu, (2008, on-line):

[...] - É preciso interpretar. É preciso conhecer. É preciso se tornar conhecido. É preciso escrever, mesmo com tintas do sangue, a história que foi tantas vezes

negada. A escrita é uma técnica. É preciso dominar esta técnica com perfeição para poder utilizá-la a favor da gente indígena. Técnica não é negação do que se é.
- Ao contrário, é afirmação de competência. É demonstração de capacidade de transformar a memória em identidade, pois ela reafirma o Ser na medida em que precisa adentrar o universo mítico para dar-se a conhecer o outro. [...]

Quadro 1: Relação dos livros produzidos na Escola Tatakti Kyikatêjê

01	<i>Mejôkukrey: (Conhecendo os artefatos)</i>
02	<i>Kyikatêjê, Kãm Jixi / Nomenclatura Kÿikatêjê: (Nossos nomes e seus significados)</i>
03	<i>Mpo Pryre (Caças Kÿikatêjê)</i>
04	<i>Kuput (Berarubu)</i>
05	<i>A trajetória Histórica do Povo Kÿikatêjê</i>
06	<i>Hikre Kunĩnã Mpo Katê Kyikatêjê: As plantas Medicinais dos Povos kyikatêjê,</i>
07	<i>Mpa Jarkwa kyikatêjê: (Nossa Língua Kÿikatêjê)</i>
08	<i>Matemática Kÿikatêjê.</i>

Como vimos, é importante que cada comunidade crie mecanismo de aproveitar os graduandos em Licenciatura intercultural para colocarem em pratica o que estão aprendendo no decorrer das aulas, a oralidade e literatura, mas pelo que a UFPA e UEPA oferece somente relacionar um pouco as culturas em relação aos trabalhos de campo, estágio supervisionado que servirá de suporte para a construção do TCC de cada aluno. Essa prática de produzir material específico para as comunidades é importante, mas a realidade é outra, onde cada comunidade procura seus meios de registros da maneira que pode. Muitas vezes aparecem nas aldeias alguns não indígenas que fazem pesquisas referentes à cultura, finalizam seus trabalhos e não voltam para fazer uma apresentação e entregar uma versão impressa para a comunidade. E assim a cultura aos poucos fica despercebida quanto à produção de material didático.

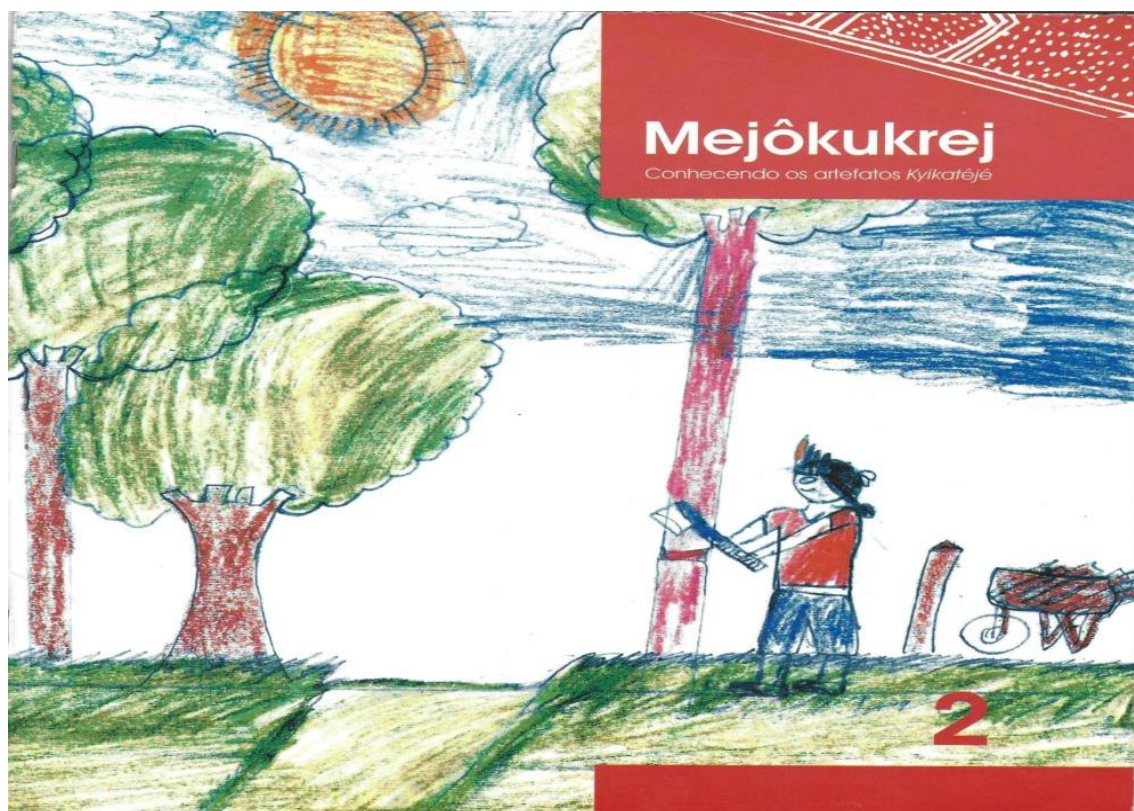
5.4 ANÁLISES DAS PRODUÇÕES DE LIVROS

Um dos maiores anseios das comunidades indígenas é tornar sua educação específica, de qualidade e diferenciada do sistema educacional brasileiro voltado para a educação do não índio. Uma forma de adequar os processos de ensino e aprendizagem ao contexto é dentro da sala de aula, trabalhar os LDs específicos nas escolas indígenas, trabalhando as necessidades e

as especificidades das diferentes etnias indígenas desse país. Os LDs indígenas são elaborados para atender as diversas áreas de estudo eleitas para compor o currículo das escolas indígenas, os livros de um modo geral são pautados, em pesquisas realizadas pelos professores não indígenas, bilíngues e alunos da comunidade K̀yikatêjê.

Assim sendo, é possível realizar práticas educativas direcionadas à produção de material específico, utilizando o horário de laboratório vivencial, mas iremos mostrar quatro livros produzidos na Escola Tatakti, feita pelos alunos e professores. O livro de artefatos tem como objetivo mostrar os artefatos produzidos na aldeia K̀yikatêjê. Vejamos a ilustração correspondente à capa do livro.

Ilustração 01 – *Mejôkukrej*: Capa do Livro Conhecendo os Artefatos K̀yikatêjê.



O livro dos artefatos K̀yikatêjê foi escrito na língua portuguesa, e impresso pela editora Universitária UFPA, Belém – PA, em 2009. Onde tem o propósito de auxiliar na divulgação de elementos da cultura como um instrumento de fortalecimento da produção de acessórios que fazem parte da Cultura K̀yikatêjê.

Ele foi produzido na Escola Tatakti K̀yikatêjê para mostrar o nome dos artefatos que estão escrito na Língua Jê Timbira e em seguida na língua portuguesa.

O processo metodológico para esta produção começa após a escolha do tema e orientação com a assessoria pedagógica para fazer uma apresentação para a turma que iria ser os pesquisadores do trabalho e ficando a professora como a mediadora dos alunos. Onde cada aluno/pesquisador ficou responsável para entrevistar os anciões da aldeia que conhecem muito bem.

Com base na teoria da pratica que busca conhecer melhor todo processo deste trabalho, a professora Arlete Sousa Peixoto Silva começou os trabalhos com a turma do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, com propósito de começar a ensinar técnicas de pesquisa que aos poucos foram promovendo uma interação dos conhecimentos K̀yikatêjê.

Ao olhar para os desenhos, observa-se que eles estão bem criados e trazendo sobre a pintura tons coloridos, no geral o número de páginas são poucas, onde a professora responsável pelas turmas falou que só foram inseridos alguns dos desenhos produzidos na época.

Quanto à prévia da montagem e edição do livro, foi feita pela assessora pedagógica que após toda correção é encaminhado à gráfica da Universidade Federal do Pará, onde fazem toda modificação no trabalho conforme desejam. Ficando assim uma sugestão para uma nova edição escrita na língua materna e inserindo outros artefatos.

Ao olhar a capa do livro os alunos desenharam simbolizando o tema do livro, mas um dos desenhos é um machado que não faz parte da cultura tradicional, pois esta ferramenta passou a ser conhecida por algumas etnias que os europeus faziam uma troca de favores, onde o índio ganhava alguns instrumentos em troca de favores ao ensinar caminhos importantes na mata.

Há de saber que esta contradição ocorrida no desenho está relacionada à cultura que aos poucos vai passando despercebida pela nova geração da comunidade. Só que antigamente eles não conheciam e nem tinham condição de possuir um machado e utilizavam suas técnicas pessoais que seus ancestrais haviam ensinado como meio de sobrevivência. Conforme ONG, (2008, p.23) informa que:

Sem a escrita, a consciência humana não pode atingir o ápice de suas potencialidades, não é capaz de outras criações belas e impressionantes. Nesse sentido, a oralidade precisa e está destinada a produzir escrita. A cultura escrita, como veremos, é imprescindível ao desenvolvimento não apenas da ciência, mas também da história, da filosofia, ao entendimento analítico, da literatura de qualquer arte e na verdade, a explicação da própria linguagem incluindo a falada.

Assim, se faz necessário ter essa concepção do quanto à escrita é importante para o conhecimento de um povo, pois a oralidade passada pelo ensinamento de um mais velho da

comunidade valoriza a divulgação dos conhecimentos tradicionais que os mais novos precisam saber entre os dois mecanismos, a oralidade/escrita. Para tanto, se faz necessário que essa produção de material didático indígena seja elaborada nos cursos de Licenciatura intercultural indígena, porque eles precisam ser trabalhados e observados para identificar algum problema que venha ocorrer com a língua materna e conhecimentos tradicionais registrados.

Quadro 02-Kuwê e Krua: Arco e flecha



Kuwê e Krua (arco e flecha)

O nosso povo é conhecido pela bravura e valentia, no passado brigamos muitas vezes com os *Kupê* (homem branco). Para nos defender usávamos o *Kuwê*, arco feito da madeira do ipê, que é lavrada com o maxilar do *Krô* (porco do mato) e amarrada com um cordão feito com a fibra da palha do tucum que chamamos *kuwexê*. *Krua*, a flecha, é feita com a taboquinha que é enfeitada com as penas maiores da arara e do gavião que além de deixá-la bonita também direciona a flecha na hora de jogar, dando-lhe estabilidade. Para prender a pena na flecha usamos embira chamada *parati* que é fixada com cera de abelha. Para ficar mais bonita pintamos a flecha com urucum. O arco e a flecha podem ser confeccionados por homens de qualquer idade.

As flechas também podem ser feitas com ponta de osso de veado. Elas são usadas em duas ocasiões, para caçar e para guerrear. Como não guerreamos mais usamos o arco e a flecha nas brincadeiras, onde competimos para ver quem joga mais longe ou acerta mais no tronco da bananeira.

21

Arlete Sousa Peixoto Silva, 2009

O livro sobre os artefatos Kÿikatêjê foi um referencial para o conhecimento dos saberes tradicionais, que servirá de suporte da auto aprendizagem que cada aluno vai adquirir conhecendo seus costumes e maneira peculiar de viver sua cultura, pois como todos têm uma relação muito próxima da natureza, é importante destacar que muitos vivem utilizando a mata para a coleta de alimentos, ervas que são medicinais, usam penas, unhas, sementes e outros, que são acrescentados nos artefatos e artesanatos que fazem parte das festas cerimoniais.

A página do livro acima reflete sobre o artefato importantíssimo para os povos K̀yikatêjê chamado arco e flecha. Trazendo no desenho o nome do instrumento e maneiras de utilização que ele tem para a cultura, bem como o processo de confecção, como ela é usada.

E atentamente observando este trabalho, poderia ter acrescentado no espaço em branco alguma foto do processo de confecção e utilização na prática do instrumento, outra parte foi à identificação de quem produziu o texto e desenhou o arco e flecha.

Também sabemos que a ausência das palavras escritas na língua indígena é um fator que acontece, porque dos sete professores bilíngues da escola, apenas um fala e escreve as palavras na Língua Timbira³¹ os demais só falam a língua materna, isto se dá pelo motivo que muitos começaram a estudar há pouco tempo a língua portuguesa, e aos poucos estão associando as duas línguas que futuramente estão preparados a ler e escrever a sua língua. Por isso, Laraia, (2010, p. 17) relata que estudar a cultura, é, portanto, estudar um código de símbolos partilhados pelos membros dessa cultura.

Observa-se que o Estado do Pará tem uma morosidade na questão da educação escolar indígena quanto ao desenvolvimento da escola diferenciada, intercultural e bilíngue.

Assim, os trabalhos são produzidos somente na língua portuguesa, pela falta de apoio linguístico, antropológico e impressão gráfica destes materiais apostilados em livro didático.

Quadro 03– Alfabeto K̀yikatêjê na Língua Timbira

De modo geral, o livro *Mpa Jarkwa K̀yikatêjê (Nossa língua K̀yikatêjê)* apresenta conteúdo linguístico, gramática, texto com ilustrações que auxiliam a compreensão da prática de pronunciar, falar e compreender Língua Materna³². Os conteúdos compostos no livro Nossa Língua Timbira K̀yikatêjê tem como objetivo construir mecanismos que auxiliem os Bilíngues no ensino da Língua Timbira LT.

Este livro didático indígena traz mais de quarenta páginas que relatam a história da criação da escola, saudações na língua, números e textos diversos culturais. Em alguns

³¹A língua falada na comunidade K̀yikatêjê vem do Tronco Macro-Jê da Família Jê, Língua: Timbira com dialeto K̀yikatêjê.

conteúdos encontram exercícios que ajuda o aluno a compreender o conteúdo tanto da língua materna como o português. Por ser um livro interdisciplinar, tem conteúdos de diversas disciplinas da grade curricular. Vale ressaltar que algum dos conteúdos buscou-se desenvolver algumas das competências sugeridas pelo RCNEI (Brasil, 1998, p.133 – 134) que auxilia com estratégias de ensino oral e da língua escrita.

São competências previstas para a oralidade inseridas no livro. (aprender a interagir, se apresentando a outra pessoa, conhecer o procedimento de como é algumas brincadeiras culturais. Por saber que os mais jovens não falam a língua, no livro há exemplos de metodologias para o professor interagir o aluno a ler em voz alta textos curtos, saber dar opinião sobre animais, compreender e saber contar história narrado oralmente ou lidas; e contar acontecimentos e experiências pessoais.

Neste material, em cada um dos seus conteúdos, há questões que leva o aluno a perceber que é possível formar palavras através de cada letra do alfabeto. A intenção é que o aluno perceba os sentidos de saber formar o uso de uma determinada letra do alfabeto que na medida em que surgem novas palavras, essas são acrescentadas na prática além de ouvir escrevê-la, pois os comandos que leva o aluno a utilizar as letras e vogais do alfabeto Kyikatêjê, demonstram o foco da prática educativa, o ensino funcional da língua. Atendendo dessa forma, aos preceitos legais do ensino da Língua Timbira³² como primeira língua.

Assim, esse livro didático privilegia a todos com surgimento de novas experiências que cada bilíngue vai ministrando através da prática em sala de aula. Para acreditar que a visualização desse material possibilitará uma melhor compreensão do que foi relatado, esse será representado a seguir por uma ilustração de autoria deste pesquisador e observador dos materiais didáticos.

³² Abreviação LT significa Língua Timbira, nome que designa a língua da família dentro do tronco Macro-jê indígena. Utilizada pelo Povo Kyikatêjê.



O ALFABETO KYIKATÊJÊ

O alfabeto Kyikátêjê é formado por 16 letras:

A, E, H, I, J, K, M, N, O, P, R, T, U, W, X e Y.

Onde temos: seis vogais e onze consoantes.

Foneticamente treze vogais: a, â, ã, e, ê, ë, i, í, o, ô, õ, u, û e três semi – vogais (y, ÿ, ý).

Na transcrição dos sons da língua Kyikátêjê são usados os seguintes diacríticos:

- ^ - acento circunflexo
- ` - acento grave
- ~ - til

A nossa ortografia usamos letra maiúscula para nomes próprios e minúsculos para nomes comuns e utilizamos na escrita os sinais de pontuação da língua portuguesa.

Treinando

1. Forme uma palavra com as letras do alfabeto Kyikátêjê, onde a mesma tenha alguns dos acentos diacríticos;
2. Escreva o alfabeto Kyikátêjê.
3. Faça abaixo somente as consoantes.
4. Qual o nome dos acentos diacríticos?

Professor: Clebson de Sousa Peixoto. 2011

Em relação a esse conteúdo, percebe-se no quadro três uma amostra do Alfabeto Kyikátêjê conduz o aluno a identificar e conhecer dezesseis letras do alfabeto, bem como foneticamente a presença das treze vogais (13) e três semivogais (03) que fazem parte da criação das palavras na Língua Timbira.

Ainda com relação ao vocabulário nota-se que para pronunciar algumas palavras tem que saber usar o acento e pronunciar conforme a sua colocação, com isso, o aluno pronuncia de acordo com a dicção que cada um possui.

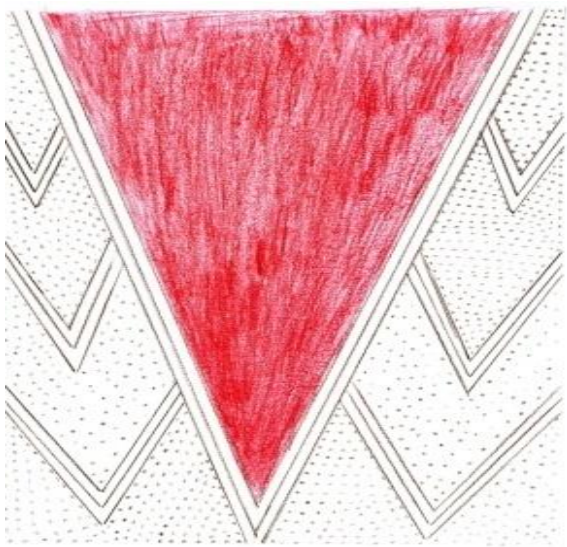
Muitas vezes, o uso do diacrítico, o til sobrepõe às treze semivogais e sobre a consoante ‘Y’, esse tipo é comum na Língua Timbira. Entre vários exemplos apresenta o uso desse acento grave na palavra K̀yikatêjê (ỳ), e circunflexo na vogal (ê), mas esses acentos diacríticos se estendem em várias palavras da língua indígena na comunidade K̀yikatêjê.

Dessa forma ocorrem situações de acentos em algumas palavras que acaba dificultando à escrita quando serão digitadas. Mas as regras ortográficas da Língua Timbira, conforme a pronúncia feita pelos mais velhos que após contato com linguista auxiliam a verificar a colocação dos acentos no local correto.

Entretanto, na primeira questão do exercício, direciona o aluno a perceber e produzir frases a partir das letras do alfabeto K̀yikatêjê, além de promover o raciocínio de lembrar palavras que já ouviram pronunciar e escrever, pois este conteúdo faz parte de quem já foi alfabetizado. Reis, (2001, p.342) É possível alfabetizar com a escrita ainda não definida completamente, para isso deve-se ensinar os princípios da escrita alfabética a partir das palavras. Porém, mesmo na comunidade K̀yikatêjê que a língua portuguesa é a primeira língua falada, é necessário ensinar desde o início a criança a treinar e aprender a sua língua materna.

Retomando a análise, as demais questões apresentam uma proposta de levar o aluno a checar o alfabeto para treiná-lo na leitura para uma compreensão quanto às perguntas da base ortográfica que cada falante necessita buscar através da pronúncia, porque na comunidade os mais jovens não são falantes da Língua Timbira, dominam somente a Língua Portuguesa.

Quadro 04–Cores Kyikatêjê

MOSSASTORES	
Hakare – Branco Kap̀rêkouKaprykti - Vermelho Teterere – Amarelo Kap̀êkràràrê – Rosa Kap̀rêkTeteterere – Laranja Kap̀rêkràràrê – RoxoTykti – Preto Tykyre – Verde Kap̀rêktykyre – Marrom Kuromore – Azul Ak̀ynti – Cinza	

Professor: Clebson de Sousa Peixoto, 2011

Quadro 04– Atividades sobre as Cores K̀yikatêjê

Atividades escrita

1 – Responda as perguntas abaixo na Língua timbira:

A - Qual a cor que representa a natureza? _____

B – Quais as cores representam os povos gaviões da sua aldeia? _____

C – Qual a sua cor favorita? _____

D – Escreva a cor de uma fruta que você mais gosta? _____

2 - Fome o nome das cores com as letras abaixo:

ERERETET

IDENTITY

MOREKURO

KTYKAREPRĚKY

ERYKYT

REHAKA

Professor: Clebson de Sousa Peixoto, 2011

É importante verificar que a ilustração exposta ao lado do conteúdo sobre as cores procura ilustrar a pintura do Gavião feita no corpo do indígena com a tinta do fruto jenipapo verde, representa um dos grupos cerimoniais que participam das brincadeiras culturais da aldeia.

Na pintura corporal do Gavião são utilizadas duas cores que existem na escrita da Língua Timbira da aldeia K̀yikatêjê. Apontando na pintura os traços e bolinhas que são feitas com a tinta extraída do jenipapo, onde sua cor é *Tykti* (preto), já a parte preenchida na cor vermelha é a tinta do urucum, e toda a pintura feita no corpo dos índios K̀yikatêjê tem esses dois elementos da natureza.

O livro *Mpa Jarkwa Ḳỵikatêjê*, cumpre a função didática de ajudar o professor transmitir conhecimentos aos alunos, mas não se limita a isso, expressa o estilo do autor na parte da sua compreensão sobre o conteúdo.

Em relação ao conteúdo sobre as cores, vem à escrita das palavras que representam algumas cores que mais são utilizadas no dia-a-dia, de forma que cada cor é traduzida para melhor auxiliar o aluno quanto à pronúncia na língua indígena.

O livro didático da Língua Materna K̀yikátêjê que está sendo analisado oferece situações da realidade do aluno da aldeia, isto é observado por meio das palavras, traduções e pequenas pronúncias que se faz necessário para o aluno desenvolver as competências no ato da comunicação.

Após fazer a leitura das Cores, logo abaixo vem atividades de treinamento entre escrita na Língua Timbira e Língua Portuguesa, pois o aluno tem na frente da palavra sua tradução para o português, onde ele responderá as questões de compreensão reflexiva, e imediatamente o aluno é submetido a copiar vocábulos que identificam o proposto. E ao chegar à segunda questão o educando terá que utilizar seu raciocínio para tentar descobrir o enigma das cores escritas na Língua Timbira. Aqui o objetivo é forçar a leitura das cores para tentar formar as sílabas que formará a palavra

Assim, Rodrigues (2012, p.37) relata que Os livros de Língua Materna promovem o aprendizado dessa língua, isto é permitem ao aluno aprender a ler e a escutar em sua língua indígena, contribuindo para o fortalecimento da língua e da cultura de um povo.

Sabemos que os livros escritos em língua materna é uma das principais fontes de preservação das línguas e culturas indígenas na atualidade.

Vale observar que o livro didático contém várias palavras soltas escritas na Língua Timbira e logo vem à tradução para o português, enquanto os textos são escritos no Português e somente o título foi escrito na Língua Timbira.

Ilustração 02 – Capa do Livro: Nomes pessoais Kyikatêjê e seus Significados

wa ka ma kukia mponã kapia mẽ kãm jixi

KÃM JIXI



conhecendo os nomes pessoais k̀yikatêjê e seus significados

Professor: Elias Santos Oliveira, 2007

O povo Kyikatêjê possui suas maneiras de educar seus filhos, transmitindo a eles a cultura que cada um aprende brincando e cantando. O livro cujo tema: *Wa Ka Ma Kukia*

mponã Kapia mẽ Kãm Jixi– Conhecendo os nomes pessoais K̀yikatêjê e seus significados, foi produzido pelo professor não indígena Elias Santos e alunos da 1ª e 2ª etapa da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental I, no ano de 2007 na Escola Tatakti K̀yikatêjê.

Este trabalho mostra o quanto tem alunos criativos em desenhar e produzir texto sobre sua cultura, a maioria desses alunos são professores bilíngues e anciões da comunidade que fez com que o trabalho ficasse bem definido sobre a terminologia nominal, na cultura cada membro K̀yikatêjê ao nascer recebe um nome dado por um membro da família, que obedece a critérios fundamentais onde pode ser o irmão da mãe ou irmã do pai do bebê, pois quem coloca o nome sempre tem o sexo oposto ao do recém-nascido.

O livro em si ficou bem organizado, começa titulando a origem, a nomeação pessoal K̀yikatêjê e dividido por letras em ordem alfabética os nomes catalogados da aldeia, a primeira letra do nome refere as dezesseis (16) letras do alfabeto timbira. Porém foi catalogado todos os indígenas que nasceram até a data da confecção deste relato, e cada nome descreve as características da pessoa fisicamente e psicologicamente conforme conhecimento tradicional K̀yikatêjê.

O livro produzido ainda não chegou ir para gráfica, somente foi impresso e encadernado, devido ser difícil conseguir uma equipe que corrija linguisticamente e que patrocine através de algum órgão governamental do Estado do Pará. Ficando assim, como referência paradidática, os conteúdos estão voltados para leitura e pesquisa, podendo repensar em acrescentar atividades didáticas para ser trabalhadas em sala de aula.

Logo abaixo se encontra o livro apresentando alguns nomes K̀yikatêjê que os mais velhos relatam ensinamentos culturais aos mais novos sobre a forma especial e carinhosa de tratar as pessoas envolvidas no processo de dar nome a uma criança. São alguns termos que passam a fazer parte dos relacionamentos e das situações de convivência na aldeia.

Através do nascimento que vai surgindo um nome, onde a comunidade desperta para o seu imaginário, refletindo cenários e situações vividas pela imensa trajetória de fuga do Povo K̀yikatêjê.

Quadro 05 – Terminologia nominal K̀yikatêjê.

A



Professor: Elias Santos Oliveira. 2007

Aikapàtati (masc.) – 1. *Aquele que gosta de andar à noite; o que vai caçar e só vem à noite.* 2. *O que gosta de cantar à noite.*

Aikrepeiprãmre – (fem.) 1. *Aquela que gosta da casa sempre limpa.*

Aip̀ỳre (fem.) – 1. *Aquela que está sempre de braços cruzados.*

Airãre (fem.) – 1. *Aquela que vive mudando.*

Airomjipôkre (masc.) – 1. *Aquele que vai até quase o fim da mata quando está caçando.*

Airomjipôkti (masc.) – 1. *Aquele que vai até quase o fim da mata quando está caçando.*

Airomkĩĩre (masc.) – 1. *Aquele que tem prazer em caçar, por isso mesmo, adentra a mata e percorre distâncias.* 2. *O que gosta de caçar longe.*

Airomkĩnti (masc.) - 1. *Aquele que tem prazer em caçar, por isso mesmo, adentra a mata e percorre distâncias.* 2. *O que gosta de caçar longe.*

Airomkràti (masc.) - 1. *O que gosta de andar dentro da mata.*

A página escolhida reflete um teor de aprendizagem trazendo uma foto representando o primeiro nome catalogado, explicando a simbologia que todos que recebem este nome gostam de caçar na mata. Observa que o livro tem um formato de dicionário à maneira pela qual foi organizada.

No livro somente está escrito na língua materna os nomes próprios e a terminologia dos significados está na língua portuguesa, verifica-se que deve ser mais aprofundado toda a terminologia indígena, buscando uma visão mais ampla dos significados que segundo alguns teóricos da antropologia definem sobre este assunto.

Portanto, tem seis anos (06) que não foi mais feito a catalogação dos novos membros nascidos na aldeia, que poderá ser acrescentado numa nova edição revisada e até mesmo uma versão escrita na língua materna.

Todo povo tem sua maneira de viver, uma delas é a forma de alimentação e isto não é diferente para o Povo K'yikatêjê que valoriza alimentos tradicionais, onde um deles é o prato típico chamado *Kuput* (Berarubu), espécie de alimento feito com a massa da macaxeira, cultivada na roça da comunidade. Vejamos esta técnica abaixo:

Foto 06 - Técnicas do preparo do prato típico: Kuput (Berarubu)

Primeiro são colocadas às folhas de banana que são compridas e vão envolver melhor o kuput, as folhas pequenas de arumã são colocadas sobre as folhas de banana, no centro onde será colocada a massa de macaxeira.

Depois de organizadas as folhas de banana e arumã são colocadas a primeira camada de massa de macaxeira, que é bem espalhada para não ficar grossa, se ficar muito grossa não vai assar direito.



Professora Alcirene de Fátima, Queiroz, Amorim, 2007

Este livro tem uma importância fundamental para os povos Kyikatêjê, porque apresenta os processos da produção do prato típico valorizado pelos seus antepassados que até hoje está presente nos eventos culturais da aldeia.

Para a produção do livro os alunos e professores indígenas e não indígena fizeram várias pesquisas que contribuíram para a transformação dos conhecimentos alimentares em algumas páginas trazendo por meio de textos, desenhos e fotos que descreve todo processo de preparo do Kuput. Conforme a pesquisa no acervo da escola, segue alguns trechos do livro abaixo.

Foto07 - Alunas preparando o Berarubu para assar

Depois de pronto com duas camadas de massa de macaxeira entremeadas por carne de caça, o kuput é fechado com as folhas. Quando estiver bem fechado o kuput é amarrado com o parati (embira) que é colocado no chão antes das folhas de banana.



Professora Alcirene de Fátima Queiroz Amorim

De modo geral os pequenos textos junto à fotografia apresentam explicações na língua portuguesa, abordando como é feito o procedimento para assar o kuput, essa prática de organização entre a foto e a legenda do lado ajuda a informar para as meninas mais novas a conhecer e fazer a função que cabe ao sexo feminino na cultura.

Assim, sobre a questão das produções, esta análise do kuput, verifica que o livro foi escrito no formato de texto informativo cultural, ficando a critério de cada professor trabalhar

metodologias que envolvam o conteúdo cultural para uma boa aprendizagem do aluno. Por meio desta prática de escrever com fotografias RCNEI, (2002, p. 65) define que:

As imagens não são simples complementos da parte escrita, mas portadoras de uma ordem de informações que muitas vezes os textos não dão conta de fazer. O desenho, portanto é um recurso imprescindível no registro e na transmissão de conhecimentos da cultura, de informações sobre a fauna e a flora regionais, de lugares, etc., desempenhando relevante função didática e, ao mesmo tempo expressando concepções estéticas próprias de um povo ou de um indivíduo.

Então a construção dos LDs é inserido desenhos e fotografias que relatam o cotidiano da sua comunidade. E também esses LDs são manuseados pelos mais velhos, as fotografias os ajudam a fazer uma leitura através da imagem, e muitos deles não tiveram oportunidade de serem alfabetizados. Contudo o LD indígena é o resultado da introdução da escrita em sociedades ditas orais e a comprovação de que a escrita enquanto tecnologia está sendo utilizada para o armazenamento de memórias nativas e a transmissão de conhecimentos e saberes indígenas ou não indígenas.

Foto 08 - Maneira tradicional de assar o prato típico Kÿikatêjê

Colocamos o kuput sobre as brasas, as pedras quentes são espalhadas sobre o kuput, ainda sobre as pedras colocamos batata-doce, macaxeira e carne para assar cobriram tudo com folhas de banana.

Depois disso cobrimos tudo com terra até não sair nenhuma fumaça. O kuput ficará a noite toda assando. Na manhã bem cedo tiramos o kuput que será compartilhado pelos corredores de tora³².



Professora Alcirenede F.
O. Amorim. 2007

³² Atividade cultural que envolve homens ou mulheres antes do sol nascer que vão atrás de um pedaço de madeira colocado por um membro da aldeia na mata e os corredores possuem seu grupo pela qual representa para pegar a tora e sair correndo e passando uns aos outros, para chegar no acampamento local escolhido pelos mais velhos da aldeia para a realização dos eventos cerimoniais Kyikatêjê.

Ainda no que diz respeito à presença de textos nas páginas do livro *kuput*, cuja disposição se apresenta como um gênero textual classificado como receita que ensina a fazer seu próprio prato típico, e observando que o requisito do autor é desenvolver em seus alunos a capacidade de ler e interpretar tudo que está ao seu redor.

Portanto, os textos elaborados pelos autores deste trabalho possuem fins paradidáticos, permitindo aos leitores a capacidade de proporcionar o treino da leitura e aprendizagem da sua cultura *Kyikatêjê*.

Foto 09–PY (Urucum)³³



Professor: Maurício Cabral, 2007

O urucum é uma planta tipicamente indígena, diferentemente do que se pensa, o mesmo que hoje é utilizado nas grandes indústrias farmacêuticas multinacionais na produção de produtos industrializados como: bronzeadores, cremes para pele, e até mesmo no combate do câncer de pele segundo alguns pesquisadores, não serve apenas para ser usado como pintura indígena. Para os índios Gavião *Kyikatêjê* a planta é utilizada como uma espécie de mertiolate para cura e cicatrização de feridas no corpo.

³³ Cf. CABRAL, Maurício Martins (2007). **Plantas Medicinais *Kyikatêjê***. Aldeia *Kyikatêjê*: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio *Tatakti Kyikatêjê*, manuscrito e não publicado

Segundo Alacide, o índio guia de nossa pesquisa, o líquido retirado da semente do urucum arde igualmente mertiolate quando colocado sobre a ferida, além de possuir efeito curativo.

Modo de preparo:

Retira-se o fruto do urucum e utiliza-se apenas a semente dele. Pegue uma vasilha com um pouco de água e pressione as sementes com as mãos até sair apenas o suco e utilize sobre a ferida, segundo os índios mais velhos dói muito igual mertiolate.

Através de algumas folhas, pela qual foi relatada no livro Ervas Medicinais, verifica-se que foi a partir das escolhas que o professor dedicou a pesquisar e produzir com sua turma de alunos o tema peculiar Medicina K'yikatêjê, que antigamente fazia parte da cultura. Pois aos poucos os índios mais novos não utilizam mais como alternativas de cura das doenças.

Para a compreensão aprofundada do papel do organizador na elaboração das produções escritas, seria necessária uma análise rigorosa dos contextos e processos de produção desses materiais didáticos, enfatizando especialmente a busca pelo gosto de ler e colocar em prática ensinamentos que perderam o costume com o passar dos tempos, sendo um dos motivos para este problema e a influência da comercialização que o mundo do homem denominado “branco” para os indígenas fazem para vender e que cada dia está sendo presente na vida dos indígenas, que preferem o que é mais fácil de adquirir do que produzir.

Mesmo assim isso vem ocorrendo em outras comunidades como o índio não tem mais o hábito de cultivar e preparar remédios caseiros e estão substituindo pelos remédios químicos, até porque são mais práticos em consumi-los. Assim Freire, (1998, p.32) não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino.

Então é provável que o ato de ensinar seja um meio importantíssimo para adquirir o que deseja, onde o professore além de ser um mediador da pesquisa, fez algo há mais, resgatou com os mais velhos da comunidade os conhecimentos que estava somente na prática para teoria/escrita, ficando assim receitas informativas que possam ser usadas por todos da comunidade.

Entretanto, cabe a cada um aceitar ou não a aprendizagem passada de geração em geração.

Foto 10 – KUXÊRÉBACURI ³⁴



Professor: Mauricio Cabral, 2007

O Kuxêré conhecido também como bacuri é uma árvore de grande porte que pode ser encontrada facilmente aos arredores da aldeia Kÿikatêjê. Produz este belíssimo fruto mostrado ao lado que por sua vez é comestível e muito saboroso, mas não se trata aqui preferencialmente do fruto e sim da casca do caule do bacuri, onde a casca colocada em um litro de água formando tipo um vinho combate a malária.

Na utilização do kuxêré para a cura da malária é interessante que ao colocar pedaços da casca da árvore no litro de água espere-se a água ficar bem vermelhinha só então se deve tomar para obter um resultado melhor. Deverá ser tomado um copo do vinho produzido pelo kuxêré de três em três horas até que a doença vá embora.

Assim, é importante o esforço do professor pesquisador que acima de tudo busca ser um mediador de conhecimento, devendo agir entre a relação de conhecimento do saber, aluno e a disciplina de estudo. O professor deve ter um desenvolvimento profissional diferente do domínio de especialistas das matérias na qual foi formado e atuar com carinho mesmo não sendo uma área de grande conhecimento.

³⁴ Cf. CABRAL, Mauricio Martins (2007). **Plantas Medicinais Kÿikatêjê**. Aldeia Kÿikatêjê: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Tatakti Kÿikatêjê. Manuscrito e não publicado.

CONCLUSÃO

Com base nos dados coletados percebe-se que os saberes adquiridos na comunidade têm contribuído principalmente para o desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem na escola. A educação tem se configurado para os povos indígenas, neste caso específico do povo K'yikatêjê, uma preservação da cultura para os indígenas hoje é um instrumento conceituado de luta.

A proposta de escrever e sistematizar, em língua portuguesa conhecimentos sobre os povos indígenas refletem experiências históricas de relações entre os povos indígenas que se intensificam cada vez mais. Sendo uma necessidade de se elaborar materiais didáticos K'yikatêjê voltada à educação bilíngue e cultural para todos os níveis educacionais, com metodologia que privilegie o modo de ser índio, o qual contemple a experiência desse aluno para uma educação de qualidade.

Portanto, outro aspecto fundamental para uma escola diferenciada, intercultural e bilíngue são as ações que o plano de ação educacional deve ter sobre as práticas das produções de materiais didáticos de autoria indígena que sistematizam conhecimento indígena através da escrita em língua portuguesa, contribuindo para o conhecimento e aprendizagem do aluno.

Uma das maiores dificuldades para esta análise, está associado à falta de materiais didáticos K'yikatêjê editado, pois todos os trabalhos estão incompletos ou com algumas dúvidas quanto à escrita das palavras e significados, pois dentro da comunidade há uma variedade de etnias.

Afinal, as dificuldades que os professores bilíngues têm de aplicar metodologias nos conteúdos referentes aos saberes tradicionais são grandes, pois vão para sala de aula sem um roteiro do que vai ministrar, porém com o livro específico os conteúdos vão ser valorizados num espaço discursivo de ação do ensino-aprendizagem de ler e escrever, onde o ensinar a língua seja um produto cultural acessíveis a todos da escola e comunidade e até mesmo aos não índios de forma geral.

Muitos dos materiais didáticos produzidos por professores e alunos existem na aldeia e são elaborados em virtude das necessidades que se apresentam para desenvolver sua própria história e Sugestão da Secretaria Estadual de Educação que disponibiliza uma carga horária para todos os professores da Escola Tatakti K'yikatêjê, chamada de laboratório vivencial para estarem produzindo materiais didáticos.

Portanto, nesse sentido observou que a equipe escolar se desdobra em criatividade e originalidade, todavia não foram passados por uma equipe específica de antropólogos e linguistas que possam orientá-los nas correções e adaptações quanto à escrita indígena e não deixando de fugir do contexto cultural da própria aldeia, porém o material didático deveria ser liberado pelas lideranças da comunidade para a utilização.

As observações realizadas permitem afirmar que os livros produzidos na escola sobre a cultura kyikatêjê não foram inseridos em sala de aula, devido a cisões na comunidade, onde algumas famílias foram morar em outros locais da reserva Indígena Mãe Maria e assim os professores da Língua Materna foram embora, e os projetos desenvolvidos na escola ficaram prejudicados. Mas a melhor forma seria reunir os novos professores contratados para ministrarem as aulas de língua materna e começarem a fazer uma análise nos materiais produzidos, fazendo algumas possíveis correções para poderem ser liberados para impressão gráfica.

Assim, pelas respostas obtidas na pesquisa foram observado fatores que contribuíram para a paralização da confecção de materiais didáticos K̀yikatêjê, que evidentemente as mudanças de algumas famílias para outro lugar e a substituição do Cacique da aldeia, a comunidade não teve mais estrutura emocional para continuar a produção. Então é preciso que os problemas internos não possam atrapalhar o ensino educacional.

Há necessidade urgente de estimular os professores, a fim de prepará-los para produzir materiais didáticos com novos temas culturais, mostrando estratégias de ensino para todos envolvidos na educação da comunidade, possibilitando palestras, aulas teóricas e práticas e buscando parcerias com Universidades e editoras que interessam em ajudar a confeccionar os materiais didáticos.

Para tanto a Língua Timbira falada pelos povos K̀yikatêjê devem contribuir com metodologias que enfatizem a construção de estratégias de ensino voltada ao gosto de falar e escrever sua língua que para muitos vão deixando de lado sua língua materna, onde a criatividade, iniciativa pessoal, o trabalho coletivo e a autonomia em confiar na própria capacidade para enfrentar os desafios e defender seus direitos e ter orgulho de ser índio.

Nota-se que o aumento na qualidade física do livro didático indígena não se deve somente a vontade do professor e do aluno em dominar uma estratégia que ajude a ter a vontade em aprender a ler e a escrever. Tendo em vista que a evolução do conhecimento se dá progressivamente e interativamente entre as famílias, onde o professor bilíngue é um mediador da aprendizagem dos alunos, a refletir, questionar, argumentar e experimentar a

prática de falar e conhecer sua cultura que vem sendo exposta de pai para filho. Sendo que os alunos devem ter vontade de buscar o conhecimento e o aprender culturalmente.

Hoje, a presença dos documentos citados, bem como a existência de mecanismo que favorecem a formação de professores indígenas referente à sua cultura, que até então são produzidos entre alunos, professores não índios e bilíngues da escola.

Os materiais indígenas produzidos na escola ainda precisam melhorar em vários aspectos, isso ocorrerá em um futuro não distante, mas que aos pouco vai despertando na escola indígena algo que fortaleça o meio educacional na produção de livros didáticos que é muito frutífero, por ter uma imensa diversidade de conhecimentos tradicionais.

BIBLIOGRAFIA

ARISSANA, B. B. de S. (2012). Por uma Política de Produção de material Didático para as Escolas Indígenas. Artigo apresentado ao departamento de Estudos Étnicos da Universidade Federal da Bahia para obtenção do grau de especialista.

AMORIM, A. de F. Q. (2007). Kuput: Berarubu. Comida Típica K̀yikatêjê. Manuscrito não publicado. Aldeia K̀yikatêjê.

AYALA, C. & FEHLAUER, T. (2005). Consideração crítica sobre o conceito de etno-desenvolvimento: para pensar a condescendência na relação intercultural. Revista Tellus Campo Grande, ano V, numero 8 e 9, outubro.

AMAZÔNICA, ONG E. (2002). Assessoria e serviços. Manuscrito não publicado. Marabá.

ALVAREZ A., DAVID M. JULIÃO M. Regina, FURTADO, E., CUNHA, J.(1996) A construção da Escola pelos Parkatêjê. In ASSIS, Eneide.

BITTENCOURT, C. M. F. (2002). Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar Pero Vaz de Caminhado. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo - USP, para obtenção do grau de doutor. <http://www.scielo.br/pdf/er/n32/n32a11.pdf>.

BRASIL. (1988). Constituição: República Federativa do. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL.(1998). Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Ministério de Educação e do desporto/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF.

CABRAL, M. M. (2007). Plantas Medicinais K̀yikatêjê. Manuscrito não publicado. Aldeia K̀yikatêjê.

KYIKATÊJÊ. E. T. (2015) Aldeia K̀yikatêjê: Bom Jesus do Tocantins – Pará.

FERNANDES, R. de F. (2009). Povos Indígenas K̀yikatêjê. Levantamento Histórico e Reflexivo. (Org.): Manuscrito não publicado. Mestrando e antropólogos, Universidade Federal do Pará – UFPA.

FREIRE, P. (1999). Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra.

LARAIA, R. de B. (2010). Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

LUCIANO, G. dos S. (2006). O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Vol. 1, MEC/SECAD/LACED/Museu Nacional, Brasília.

MATOS. M.H.O. (2006). O Processo de Criação e Consolidação do Movimento Pan Indígena no Brasil. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UNB. <http://www.scielo.br/pdf>.

- MEC. (2009). Documento Final da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (CONEEI). Manuscrito não publicado. Brasília.
- MELIÁ, B. (1999). Educação Indígena na Escola. IN Caderno. Cedes ano xx, N. 49. Dezembro.
- MONTELLATO, A. (2009.). História Temática: (Tempos e Cultura, Diversidade cultural e conflitos, Terra e propriedade e O mundo dos cidadãos). 4ª ed. São Paulo: Scipione.
- MOORE, D. G. A. V. & GABAS JR. N. (2008). O desafio de documentar e preservar as línguas amazônicas. Scientific American Brasil – Amazônia (A floresta e o futuro), Brasil.
- MOSONOI, E. E. (1996). Família Indígena e educação intercultural bilíngüe. Comunicação apresentada no II Congresso Latino Americano de educación Intercultural Bilíngüe. Santa Cruz, Bolívia, Nov. (versão traduzida no Centro indígena).
- MUNDURUKU, D. (2008). Literatura Indígena e o tênue fio entre escrita e oralidade. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/literatura-indigena>>. Acesso em: 08/05/2015 às 15h20min.
- ONG, W. (2008). Oralidade e cultura escrita: A tecnologia da palavra. Tradução de Ednid Abreu Dobranszky. Campinas: Papirus.
- OLIVEIRA, E. S. (2007). *Kãm Jixi*: a nomeação entre os índios *Kyikatêjê*. Manuscrito não publicado. Aldeia *Kyikatêjê*.
- PAIVA, J. M. de. (2012). Colonização e Catequese. 1549 – 1600. SP: Autores Associados, 2ª Ed.
- PEIXOTO, C. de S. (2011). Mpa jarkwa *Kyikatêjê*: Nossa língua *Kyikatêjê*. Manuscrito não publicado. Aldeia *Kyikatêjê*.
- REIS, M. A. (2001). Pronomes, linguística, Antropologia. SP. Editora.
- RIBEIRO, F. de P. (2013). Descrição do Território de Pastos Bons, no Sertão do Maranhão. 2º Ed.
- RIBEIRO, D. (1999). O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. 2º Ed. SP: Companhia das Letras.
- ROCHA, A. de L. C. (2012). Elaboração de material didático: Uma necessidade na Educação de Surdos. Monografia apresentada ao Departamento de Libras da Universidade Católica – Brasília para obtenção do grau de especialista em linguagens de códigos e sinais.
- RODRIGUES, A. D' A. (2012). Aspectos da história das Línguas Indígenas do Amazonas. In: Simões M. do S. (org.) sob o signo. 1ª Ed. Belém, PA: UFPA, V. 1.
- SÁNCHEZ, J. L. (2013). Povos Indígenas do Brasil, dos antepassados ao séc. XXI. SP: FTD.

SALDANHA, M de O. (2008). Um passado... Uma vida, uma história muitas vitórias. Manuscrito não publicado. Aldeia Kÿikatêjê.

SANTOS, J. R. (2008). Fanese: Coordenação Pedagógica, Especialista em Metodologia de Ensino para a Educação pela (UFS). Atualmente é integrante do grupo e estudos e pesquisas - Sergipe.

SILVA, E. G. (2011).Ciência e raça: observando imagens e textos no livro didático:RJ, Brasil.

SILVA. A. de S. P. (2009). Mejôkukrej: conhecendo os artefatos Kÿikatêjê. Manuscrito não publicado. Aldeia Kyikatêjê.

SOUZA, L. M. T. M. de. (2006). Outra história, a escrita indígena no Brasil, s.d. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativas-indigenas/autoria-india-escrita-indigena-no-brasil>>. Acesso em: 02/03/2015, às 13h14min.

TODOROV. I. (1999). A conquista da America: A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes.

Sites

<http://www.funai.gov.br>(Site oficial da FUNAI: Dados sobre os indígenas) 12/02/2015 às 14h10min.

[http:// www.estudosetnicos.com.br/produção didática:sala de aula](http://www.estudosetnicos.com.br/produção%20didática:sala%20de%20aula).Acesso em 01/04/2015.

<http://www.scielo.br/pdf/er/n32/n32a11.pdf>.? (Artigo sobre Metodologia de Ensino para a Educação). Acesso em 06/02/2014.

[http:// www. Scielo. br ./ Andréia de lima Campos](http://www.scielo.br/Andréia%20de%20lima%20Campos). Elaboração de material didático: uma necessidade na educação de surdos. Núcleo de Pós Graduação Lato Sensu em Libras da Universidade Católica, Brasília, 11/12/2012.

<http://www.google.com.br/>>.Por uma Política de Produção de Material Didático para as Escolas Indígenas. Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos. Universidade Federal da Bahia, 22/03/2012.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA

Escola Estadual Indígena Ensino Fundamental e Médio Tatakti kyikatêjê

Universidade Lusófona de Humanidades e tecnologias

Mestrando: Clebson de Sousa Peixoto

Título: Análise da Produção de material Didático específico para a Escola Indígena K̀yikatêjê.

Bom Jesus do Tocantins – PA

Data: 04/02/2015

Parte I – Professor

O propósito deste trabalho é conhecer a prática Pedagógica referente à produção de conteúdos específico para o ensino K̀yikatêjê.

1 – De que forma ocorreu o desenvolvimento dos projetos no formato de livro cultural?

- () Sugestão da comunidade em registrar a cultura para os mais novos conhecerem;
- () A procura de novas práticas indígenas inovadoras ;
- () Exigência da Secretaria Estadual de Educação.

2 – Como você se sentiu ao iniciar o processo de trabalhar com projetos em sala de aula voltados para a cultura Kyikatêjê:

- () Experiência maravilhosa, aprendi muito com a comunidade;
- () Trabalhar assuntos que não conhecia, no início foi difícil;
- () Não me adaptei e não conseguir produzir nenhum material;
- () Outros: _____

3 – Como foram coletadas as informações relacionadas com o tema do projeto do livro:

- () Foram elaboradas questões com aspectos culturais K̀yikatêjê e apliquei na comunidade;
- () Ocorreram oficinas na área de antropologia;
- () Através de pesquisa em artigos científicos;

4 – Como os livros produzidos na Escola Tatakti K̀yikatêjê são trabalhados em sala de aula.

- () Não foi dada continuidade devido alguns fatores internos na comunidade;

() Alguns trabalhos foram finalizados e encadernados, mas falta correção linguística e antropológica.

() Ainda não foram inseridos em sala.

Questionário II Professores

1 - Como professor Bilíngue, qual sua contribuição nos trabalhos referente aos livros da cultura K̀yikatêjê?

2 – Qual principal lacuna/ falha observada na produção de material de leitura cultural?